

Interesses comuns de comissões de inquérito – doleiro deve depor em três delas – levam presidente do Senado a marcar encontro nesta terça-feira com presidentes dos colegiados

Renan convoca CPIs para definir atribuições



ROOSEWELT PINHEIRO



CÉLIO AZEVEDO



J. FREITAS



CÉLIO AZEVEDO

Renan Calheiros vai conversar com os senadores Delcídio Amaral, da CPI dos Correios; Efraim Morais, dos Bingos; e Amir Lando, do Mensalão

Buratti confirma propina e contribuição do jogo

Toninho da Barcelona remete a apurações sobre Banestado

COMBATE À CORRUPÇÃO EXIGE MAIS QUE NORMAS E LEIS EFICIENTES

PÁGINAS 3 A 10

Crianças mostram Agenda 21 no Plenário

Nada menos que 300 crianças e adolescentes ocuparam o Plenário do Senado na terça-feira para apresentar a Agenda 21 Infantil. Elas surpreenderam os senadores ao abordar temas sensíveis como prostituição infantil e pedofilia. Crianças indígenas falaram sobre os problemas que afligem algumas tribos atingidas pelos desmatamentos e a redução de suas terras. A inibição inicial foi substituída por discursos contundentes.

PÁGINA 13

Crianças lotam o Plenário do Senado: preocupação com meio ambiente, violência, sistema de saúde e educação



ROOSEWELT PINHEIRO

Congresso aprova LDO e espera o Orçamento da União para 2006

As previsões de gastos e de receitas para o ano que vem, quando haverá eleições presidenciais, chegam nesta semana.

PÁGINA 11

— cidadania

Dicas para usar bem o cartão de crédito

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

agendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagenda

Congresso decide sobre 79 vetos

O Congresso Nacional reúne-se nesta quarta-feira, às 11h, para deliberar sobre 79 vetos presidenciais. Entre eles, estão os vetos a dispositivos do projeto de lei da Câmara (PLC 4/00) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Também está incluído na pauta veto a projeto (PLC 112/01) da Câmara que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

Os parlamentares analisarão 41 vetos ao projeto de lei de conversão (PLV 31/02) à medida provisória (MP 66/02) que determina a não-cumulatividade na cobrança das contribuições para o PIS-Pasep. A MP trata também do parcelamento de débitos tributários federais e da compensação de créditos fiscais.



Matérias rejeitadas pelo presidente da República vão ser examinadas pelos parlamentares em sessão conjunta

Outro veto presidencial em exame foi apostado ao projeto de lei de conversão (PLV 19/04) da medida provisória (MP 161/04) que acrescenta dispositivos à lei da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, e álcool

etílico combustível.

Consta ainda da pauta veto a projeto de lei de conversão (PLV 13/04) à medida provisória (MP 151/03) que criou o Instituto Nacional do Semi-Árido. Trata-se de uma unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Espera de atendimento ao telefone pode acabar

O consumidor poderá deixar de ser obrigado a ouvir propagandas pelo telefone enquanto aguarda atendimento de informações. Projeto com essa finalidade está na pauta da reunião desta terça-feira da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para decisão terminativa. O PLS 31/05 foi apresentado pelo senador licenciado João Alberto Souza (PMDB-MA) e o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), já apresentou

parecer favorável à matéria.

A pauta inclui ainda outros nove itens, entre eles o PLS 191/05, que altera a Lei 8.078/90 para considerar prática abusiva oferecer para venda produtos e serviços pelo mesmo preço em comercializações feitas a prazo e à vista. Apresentado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto tem parecer favorável do relator, senador Nezinho Alencar (PSB-TO).

CPI da Terra ouve autoridades sobre denúncias de grilagem no Amapá

Para apurar denúncias de grilagem (apropriação indevida de áreas públicas) no Amapá, a CPI da Terra realiza audiência nesta segunda-feira. Estão na lista de acusados o deputado federal Gervásio Oliveira (PMDB-AP), o presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, Jorge Amanajás Cardoso, e o juiz César Augusto Scapin. Eles desmentem as de-

núncias apresentadas pelo Inkra.

Estarão presentes na sessão Alessandro Gallazzi, coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Amapá; Maria Cristina do Rosário Almeida, superintendente regional do Inkra no Amapá; e os acusados Jorge Amanajás Cardoso e César Augusto Scapin. A audiência foi solicitada pelo senador João Capiberibe (PSB-AP).

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

18h – CPI DA TERRA

Amapá – A comissão ouve o coordenador da CPT do Amapá, o superintendente do Inkra-AP, o presidente da Assembléia Legislativa e representante do TRE-AP.

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Saúde – Promove audiência sobre o projeto (PLS 131/01) que cria o Serviço da Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde.

9h30 – INFRA-ESTRUTURA

Pulso telefônico – Proposta (PLS 39/02) prevê a instalação de aparelho para medir pulsos telefônicos. **Autor:** ex-senador Arlindo Porto. **Relator:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

9h30 – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Adolescentes – Analisa projeto que regulamenta o trabalho do adolescente (PLS 226/03). **Autor:** senador Gerson Camata (PMDB-ES). **Relator:** senador Romeu Tuma (PFL-SP).

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Crédito rural – Turno suplementar do projeto que alonga as dívidas rurais (PLS 517/03). **Autor:** senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

11h30 – CPI DOS BINGOS

Gtech e Palocci – Ouve Enrico Gianelli, que teria intermediado contato de Rogério Buratti com a Gtech; e Juscelino Dourado, chefe de gabinete do ministro Antonio Palocci.

11h30 – CPI DO MENSALÃO

Guaranhuns – Depoimento de José Carlos Batista, dono da empresa Guaranhuns, também convocado pela CPI dos Correios, que pretende ouvi-lo nesta quarta.

14h30 – CPI DOS CORREIOS

Subcomissões – Dois grupos menores tomam depoimentos relativos a contratos dos Correios e às contas de Marcos Valério.

9h – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Avisos – Auditorias do TCU nas contas de obras públicas e de órgãos da administração pública.

11h – EDUCAÇÃO

Comunicação – Projeto pode facilitar alterações societárias nas empresas de comunicação (PLS 222/05). **Autor:** senador Hélio Costa (PMDB-MG). **Relator:** senador Edison Lobão (PFL-MA).

QUARTA-FEIRA

9h30 – SUBCOMISSÃO DE SAÚDE

Hepatite – Audiência para discutir incentivos para portadores das hepatites mais críticas.

9h – RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro – A comissão encontra o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

11h30 – CPI DOS BINGOS

Jogos – Ouve Denivaldo Henrique Almeida, empresário de jogos.

11h30 – CPI DO MENSALÃO

Fundos de pensão – Reunião aberta com os presidentes de fundos de pensão Previ, Petrus e Funcef.

QUINTA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Aeronaves – Autorização para doação de aeronaves à Bolívia e ao Paraguai (PLC 74/05). **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Romeu Tuma (PFL-SP).

11h30 – CPI DOS BINGOS

Celso Daniel – Ouve João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em 2002.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h – Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Fundef – Proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) duplica o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). **Autor:** ex-senador Francisco Escórcio. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

Licença-maternidade – PEC que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem filhos poderá ser votada em primeiro turno.

Autora: senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Meteorologia – Também pode ser votada, em primeiro turno, a proposta que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Aposentadoria – Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que

aumenta para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória de servidores públicos e aumenta o limite máximo para a nomeação de magistrados (PEC 42/03).

QUARTA - FEIRA

10h – Sessão extraordinária

Aposentadoria – Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 42/03, que passa para 75 anos a idade para aposentadoria dos servidores públicos.

14h – Sessão deliberativa

Magistrado – Terminado o prazo de discussão, os senadores votam, em segundo turno, a PEC que aumenta para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória de servidores públicos e aumenta o limite máximo para a nomeação de magistrados (PEC 42/03).

QUINTA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Habitação – Discussão das emendas do projeto que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional (PLS 586/99).

SEXTA-FEIRA

9h – Sessão não deliberativa



CRISE POLÍTICA Estudo mostra que mais importante é dotar o Estado de mecanismos rigorosos de controle

Principais falhas da estrutura de decisões políticas e administrativas que facilitam a corrupção

- Excesso de discricionariedade aos agentes públicos

- Ausência de critérios para ocupação de cargos comissionados

- Corporativismo, principalmente no Legislativo e no Judiciário

- Ineficiência dos mecanismos de repressão aos ilícitos praticados pelos altos escalões do poder

- Concentração em poucos funcionários do poder de gerenciar ou arrecadar receitas elevadas

- Tolerância das práticas corruptas, especialmente na estrutura policial



Áreas de governo onde há maior incidência de corrupção

- Setores responsáveis pela arrecadação de tributos e tarifas
- Setores responsáveis por regulações e autorizações do Estado
- Setores com influência na nomeação de cargos públicos
- Setores responsáveis por contratos
- Bancos estatais
- Empresas estatais
- Programas de privatizações



Fonte: Estudo da Consultoria do Senado Federal encomendado pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros

Para Simon, instituições não se dispõem a promover limpeza

Ao analisar os escândalos de corrupção nos anos 90 na Itália e no Japão, especialistas chegaram à conclusão de que os dois países estavam então assolados pela corrupção sistêmica, ou seja, os agentes corruptores detinham o poder de neutralizar os sistemas de controle sociais, políticos e judiciais.

Essa seria, na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a situação que o Brasil enfrenta há vários anos. Porém, o senador não vê nas instituições brasileiras condições para realizar uma operação de limpeza da corrupção.

– O Judiciário não se movimenta. O Executivo, menos ainda. E nós, no Legislativo, fazemos a CPI, apresentamos projetos, mas, na hora de fazer as transformações ne-

cessárias, não conseguimos. A gente pensava que o PT iria fazer tudo isso porque não tinha compromisso com ninguém. Mas nunca estivemos tão mal – declarou Simon.

Há anos, assim como as autoras citadas, o senador sugere que o Brasil precisa de uma ação como a Operação Mãos Limpas, quando dezenas de parlamentares, promotores e juízes perderam seus cargos e primeiros-ministros caíram (veja matéria).

– Somente algo assim poderia transformar a realidade brasileira. Mas aqui no Brasil não conseguimos fazer a CPI dos Corruptores, não conseguimos saber de onde vem o dinheiro que alimenta a corrupção. A gente faz a proposta. Mas vamos ver se alguém topa – desafiou.



CÉLIO AZEVEDO

Simon tenta há anos viabilizar a CPI dos Corruptores, para identificar a origem do dinheiro: “Vamos ver se alguém topa”

Leis não bastam no combate à corrupção



O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou mudanças na legislação sobre lavagem de dinheiro. Porém, as experiências internacionais demonstram que o combate à corrupção não pode se limitar à elaboração de normas e leis eficientes. A tarefa vai além, envolvendo investimentos na máquina pública e ações de educação, tanto de servidores quanto da sociedade.

Essas ponderações fazem parte de estudo da Consultoria do Senado encomendado pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros. Segundo o trabalho, as legislações das democracias modernas, signatárias de tratados internacionais como o Brasil, já permitem a existência de mecanismos eficientes de controle da administração pública.

Isso é reconhecido pelo Grupo

de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro, criado pelo G7, que reúne os sete países mais desenvolvidos, para o qual a legislação brasileira de combate à corrupção se encontra em estágio de considerável amadurecimento, se comparada às de outras nações, como a Irlanda.

– Por ela [a lei brasileira], o servidor é obrigado a pagar todo o valor indevidamente entesourado até o limite de seu patrimônio pessoal – afirma o trabalho da consultoria.

Se a legislação brasileira de fato permite melhor combate à corrupção, quais as razões para a torrente de denúncias a que o país assiste? O estudo identifica a falta de precisão com que são destinadas verbas orçamentárias para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro como um dos problemas. Prova

disso seria a pequena estrutura do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), que, legalmente, teria a atribuição de fiscalizar movimentações bancárias em busca de indícios de lavagem de dinheiro.

– O combate à corrupção passa o combate à lavagem de dinheiro. Nos Estados Unidos,

isso é feito a partir de três pilares: relatórios de transação financeira, legislação sobre lavagem de dinheiro e provisões para o confisco de ativos derivados de práticas ilícitas.

No entanto, o mais destacável na estratégia norte-americana é menos a densidade de leis e mais a complexa teia de setores governamentais criados para o combate à lavagem de dinheiro, ou com ele envolvidos direta ou indiretamente – analisa o estudo da consultoria.

Os EUA criaram uma rede de órgãos contra a lavagem de dinheiro



OSÉ NASCIMENTO/FOLHA IMAGEM

O mafioso Tommaso Buscetta, preso no Brasil em 1983, delatou comparsas em troca de proteção

Estudo vê semelhanças com crise italiana

O contexto político dos países latino-americanos pode ser comparável àquele que se observava na Itália até meados da década de 90, onde a corrupção se tornara sistêmica no Estado. Portanto, uma Operação Mãos Limpas, nos moldes da que foi empreendida na Itália, seria recomendável para o Brasil, entre outros países. A opinião é das pesquisadoras Sílvia Colazingari e Susan Rose-Ackerman, autoras do artigo "Corrupção em uma democracia

paternalista: lições da Itália para a América Latina", de 1998.

As autoras identificaram o financiamento ilegal de campanhas eleitorais como uma das principais expressões da corrupção na Itália. Entre as características comuns a países como o Brasil e a Itália, elas listam o paternalismo do Estado em relação ao mundo empresarial, a participação estatal injustificada e exagerada na economia e a ajuda oficial despropositada a empresas em

dificuldades financeiras.

Sem desprezar explicações culturais para a tolerância das sociedades com relação à corrupção, os acadêmicos Gabriella Montinola e Robert Jackman analisaram as fontes da corrupção em 2002 e chegaram à conclusão de que ela é tipicamente menor em ditaduras que em democracias parciais ou recentes. Mas, passado certo ponto, as práticas democráticas inibem a corrupção.

Delação premiada ajudou Operação Mãos Limpas

A Operação Mãos Limpas teve início em 1992 na Itália e usou como estratégia para dismantlar o crime organizado as prisões preventivas de até três meses e o incentivo à delação premiada, por meio do abrandamento da pena dos criminosos dispostos a revelar detalhes sobre as operações do grupo a que pertenciam.

Como resultado, foi descoberto um grande esquema de tráfico de influência em praticamente todas as instituições daquele país. Políticos, entre eles os ex-primei-

ros-ministros Giulio Andreotti e Bettino Craxi, e empresários poderosos foram investigados e punidos. Calcula-se que mais de mil pessoas, notoriamente servidores públicos de alto escalão, foram condenadas com base naquela operação.

O movimento teve grande apoio da opinião pública italiana. A gota d'água para que a sociedade se envolvesse nas investigações foi o assassinato do juiz Giovanni Falconi (que também agia com poderes de promotor) pela máfia,

enraizada nas diversas instituições e instâncias de governo no país. O carro em que o juiz viajava foi alvo de um atentado em março de 1993. Outro juiz, Paolo Borsellino, foi assassinado no curso das investigações.

Eles apuravam as informações prestadas, entre outros, pelo mafioso Tommaso Buscetta, preso no Brasil em outubro de 1983. Buscetta recebeu proteção institucional em troca da delação de seus comparsas e morreu nos Estados Unidos em 2000.

CRISE POLÍTICA Presidente do Senado reúne comando das comissões de inquérito em busca de entendimento

CPIs buscam delimitar competências



Em razão de interesses comuns entre as CPIs dos Bingos, dos Correios e do Mensalão a partir da convocação, pelas três, do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, tornou-se necessária a intermediação do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros. Ele tem encontro marcado nesta terça-feira com os presidentes das três CPIs e vai tentar um acordo que delimite a competência de cada uma. A tripla convocação pode prejudicar o andamento das investigações parlamentares. Para o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), a iniciativa não passa de uma “briga por holofotes”, que pode interferir no resultado das CPIs.

– Se as comissões investigarem as mesmas coisas, vão colaborar com a

desordem. Algumas pessoas, é lógico, têm interesse nisso – opinou Delcídio. O conflito de agendas tem atingido principalmente as CPIs do Mensalão e dos Correios: as duas querem ouvir o banqueiro Daniel Dantas, o ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência Luiz Gushiken, além de representantes dos fundos de pensão e das *tradings* Bônus-Banval e Guaranhuns. O proprietário desta última deve depor terça-feira na CPI do Mensalão e quarta-feira na dos Correios. Na semana, o depoimento mais esperado é o de Juscelino Dourado, atual chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele aparece na lista dos telefonemas mais frequentes de Rogério Buratti, ex-secretário da prefeitura de Ribeirão Preto na gestão Palocci. Depois da referência ao seu nome na quebra de sigilo telefônico de Buratti, Dourado estaria prestes a deixar o ministério, medida que tem sido protelada.



Parlamentares da CPI dos Correios apontam a indefinição dos limites de cada comissão e querem solução que evite a disputa pelas convocações de depoentes

Risco de esvaziar a investigação

As divergências entre as CPIs do Mensalão e dos Correios cresceram na última semana. Parlamentares da CPI dos Correios lamentaram a convocação, pela outra comissão, de pessoas relacionadas à origem dos recursos que alimentaram o “valerioduto”, como os responsáveis pelas empresas Guaranhuns e Bônus-Banval, o banqueiro Daniel Dantas e o doleiro Toninho da Barcelona.

Essas duas últimas convocações, alvo de grande polêmica, só puderam ser deliberadas na CPI dos Correios

por conta da aprovação prévia da CPI que investiga pagamento de mesada aos parlamentares.

– A do Mensalão aprovou requerimentos que dizem respeito ao nosso trabalho. Se não for definido o limite de cada CPI, vamos ter de entrar na briga – reclamou o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

A crítica foi compartilhada pelo presidente e pelo relator da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS) e deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que denunciaram uma “concorrência pelos holofotes da mídia”.

– Essa disputa para chamar atenção só vai facilitar a vida de quem não quer apurar nada – disse Delcídio.

O senador anunciou que vai buscar solução para o impasse, ainda que seja necessário recorrer ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros. Já Antonio

Carlos Magalhães Neto sugeriu que fosse criado um “plano de contingência”, para evitar choque das agendas, e reclamou do fato de a CPI do Mensalão ter agendado os depoimentos do representante da Guaranhuns para o dia anterior ao definido pela comissão que investiga denúncias nos Correios.

O aumento da disputa contrariou a expectativa da direção da CPI dos Correios, que previa convivência harmônica a partir do momento em que a comissão se concentrou na outra ponta do “valerioduto”, a origem dos recursos, encerrando a investigação dos parlamentares que receberam dinheiro das contas de Marcos Valério.

Essa definição, no entanto, acabou virando motivo de discussão entre os membros da CPI dos Correios. Alguns deles mantiveram a suspeita sobre trabalhos da CPI do Mensalão. Delcídio chegou a admitir que “é preciso reavaliar o que vai ser encaminhado para a CPI do Mensalão”. O senador enfatizou que a CPI dos Correios “tem tudo para dar um bom resultado” e disse que as conclusões vão “desmontar as críticas” à comissão. Ele anunciou que pretende se dedicar aos documentos em posse da CPI, por conta da definição prévia da agenda para as próximas três semanas.

Convocação de pessoas que alimentaram o “valerioduto” gera problema

Lista de cassáveis pode ser votada

Ficou para esta semana a discussão sobre os “18 cassáveis”, como ficou conhecida a lista de deputados contra os quais já existem indícios ou provas de envolvimento em irregularidades, segundo apuração da CPI dos Correios. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), espera que os relatórios possam ser votados ainda no início da semana.

O relator é cauteloso ao comentar os critérios que devem levar a comissão a sugerir a instauração de processo de quebra de decoro parlamentar pelo Conselho de Ética da Câmara, mas deixou claro que não vai ser condescendente com os deputados que admitiram ter recebido recursos, mas se escudaram atrás do subterfúgio do caixa dois.

– Admitir isso como coisa normal significa permitir a compra de votos, que vai contra o princípio democrático – assinalou Serraglio. Ele informou que deve organizar os nomes dos deputados citados de acordo com “a força da prova” e que, em alguns casos, o pedido de cassação “é inevitável”.

Entre os 18 deputados listados pela CPI dos Correios, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) foi o único que não enviou defesa escrita ao relator, informou a secretaria da comissão. De acordo com Serraglio, os relatórios ainda não foram entregues à Mesa da Câmara, como estava previsto, porque não houve

tempo hábil para analisar as justificativas dos deputados.

A definição dos critérios para elaboração da lista vai causar polêmica entre os membros da CPI dos Correios, na previsão de Serraglio. Além disso, afirmou, devem aumentar os atritos com a CPI do Mensalão, que se considera o foro competente e quer analisar o relatório da CPI dos Correios antes que a lista de

deputados seja enviada para a Câmara. Serraglio, no entanto, reafirma que vai mandar as conclusões diretamente para a Mesa da Câmara. A decisão de recomendar ou não o início do inquérito ficaria a cargo do presidente daquela Casa.

Serraglio diz que argumento de caixa dois não impedirá indicação

TCU encontra fraudes em contratos dos Correios

As auditorias realizadas pela equipe do Tribunal de Contas da União (TCU) a pedido da CPI dos Correios já encontraram indícios de fraudes nos contratos analisados, conforme o sub-relator de contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) e o sub-relator de movimentação financeira, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). Os deputados receberam informação sobre a existência de notas fiscais cujo valor não corresponderia ao preço pago pelo serviço, de falhas de fiscalização e de superfaturamento, entre outras irregularidades.

Nesta semana, de acordo com os deputados, deve ser divulgado o resultado da análise na conta da agência de Marcos

Valério com os Correios. A equipe de auditores examina mais de 70 contratos firmados com 36 empresas, além das contas que as empresas de Valério mantinham com outros órgãos públicos, entre eles o Banco do Brasil, maior contrato da DNA Propaganda com uma estatal.

O esquema nos Correios deve ser esclarecido em novo depoimento do ex-funcionário da estatal Maurício Marinho, que tem colaborado com as investigações do Ministério Público, conduzidas em sigilo. Parlamentares que tiveram acesso aos depoimentos de Marinho ao MP garantem que o funcionário acrescentou “informações fortes”, além de ter citado nomes que ainda não foram divulgados.

Falta de padrão e erros atrasam análise de dados

Erros e falta de padronização nos mais de mil documentos que já foram encaminhados à CPI dos Correios – especialmente os que dizem respeito a sigilos bancários e telefônicos e à execução dos contratos – são os maiores empecilhos enfrentados pela comissão. Segundo o sub-relator de movimentação financeira, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), muitas das informações foram requisitadas às fontes uma segunda vez, pois estavam fora das especificações da equipe técnica da CPI.

O deputado informou ainda que analistas do TCU encontraram falhas nos dados enviados pelo Banco do Brasil (BB), que induziram a CPI a erro. De acordo com Fruet, o Banco Central foi acionado e o BB se dispôs a rever os dados. Até agora, a CPI já processou informações sobre 74 contas bancárias, 51 delas ligadas a Marcos Valério. Os dados repassados pelos



Deputado Gustavo Fruet critica a demora no envio de documentos ao Congresso

Correios também foram questionados pelos técnicos do TCU, que reclamam de informações incorretas, da omissão de dados e de lentidão no envio de documentos. Após reunião com a diretoria dos Correios, a maioria dos problemas foi solucionada.

A CPI dos Correios já acumula 525 documentos não sigilosos e 625 sigilosos.

CRISE POLÍTICA Comissões de inquérito trazem à tona fatos relacionados a denúncias de evasão de divisas

CPIs se aproximam do caso Banestado



Autor de denúncias sobre movimentação irregular de recursos no exterior por membros do governo, o doleiro Antonio Claramunt, o Toninho da Barcelona, aproxima as investigações em curso no Congresso dos trabalhos da CPI do Banestado, que depois de 18 meses de trabalho não aprovou relatório.

Barcelona foi convocado pelas três CPIs em funcionamento no mesmo dia. A CPI dos Correios, última a decidir a convocação, passara duas reuniões anteriores afastando a necessidade de chamar o doleiro.

Alguns parlamentares criticam a nova frente de trabalho. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) advertiu que retomar o caminho da CPI do Banestado é "perigoso". Mas o senador Alvaro Dias

(PSDB-PR), um dos entusiastas da retomada do caso, garante que não é preciso tanta cautela.

– Não vamos retomar todo o caso Banestado, mas rever o que tem relação com a investigação que já estamos fazendo – afirmou o senador.

Barcelona não estava na lista de Mentor

Investigado no caso Banestado, Barcelona não apareceu na lista de nomes a serem indiciados elaborada pelo então relator, deputado José Mentor (PT-SP). O doleiro acusa Mentor de ameaçá-lo para que ele não falasse das movimentações suspeitas de dinheiro por parte dos petistas. Para conferir a veracidade da história contada por Barcelona, a CPI dos Correios já pediu a lista dos visitantes das prisões em que o doleiro esteve, para checar a presença de pessoas ligadas ao deputado.

Além de Barcelona, existem na atual crise política outras referências a fatos surgidos durante a CPI do Banestado. O Banco Rural, que concedeu empréstimos às empresas de Marcos Valério, fora uma das instituições bancárias acusadas de permitir a evasão de divisas. A empresa Skymaster, contratada dos Correios, fora investigada por enviar US\$ 900 mil ao exterior irregularmente.

Por isso, a CPI dos Correios pediu acesso a todo o material apurado pelo Congresso no caso Banestado e cópias das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. Convocou também outros doleiros, como Dario Messer, Samir Hatem e Hassan Gebrin. A CPI dos Bingos quer ouvir, além de Barcelona, João Arcaño, o "Comendador", considerado um dos maiores operadores do esquema de lavagem de dinheiro do país.



Na CPI dos Bingos, o doleiro Toninho da Barcelona foi convocado a requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (D)

Fundos podem explicar empréstimos a Valério

Ao solicitar a quebra dos sigilos de dez fundos de pensão de estatais nos bancos Rural e BMG, a CPI dos Correios quer verificar se os milhões movimentados nas contas do empresário Marcos Valério a pedido do PT tiveram mesmo origem em empréstimos contraídos nos dois bancos. Há outra origem provável para o dinheiro: seria parte de esquema em que o governo favoreceria os dois bancos na aplicação de recursos dos fundos de pensão.

– É possível que não seja verdadeira a tese dos empréstimos. Por isso, é fundamental a apuração dos investimentos dos fundos de pensão – disse o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

A CPI quer saber também mais detalhes sobre os critérios para a

nomeação dos diretores desses fundos de pensão, um dos motivos principais da convocação do ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência Luiz Gushiken. Vários depoentes já confirmaram que Gushiken tinha influência nos conselhos dos fundos. Alguns deles firmaram, a partir de 2003, contratos com a empresa Globalprev, de que o ex-ministro era sócio antes de ir para o governo.

O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de movimentação financeira, comentou que há suspeitas de que os recursos não têm origem só nos empréstimos. Fruet ressaltou que já surgiram diversas versões sobre a soma dos empréstimos, que variam entre R\$ 50 milhões e R\$ 151 milhões.

Agenda da CPI dos Correios para as próximas semanas

Além de definir a agenda, a CPI dos Correios destacou na quinta-feira dois grupos de parlamentares para agilizar os depoimentos. Nas audiências principais, destaca-se o banqueiro

Daniel Dantas, sócio de empresas de telefonia que pagaram milhões a Marcos Valério. A CPI suspeita que Dantas tenha pedido ajuda a Valério para defender seus interesses perante o governo.

TERÇAS-FEIRAS Depoimentos em subcomissões

Subcomissão da CPI vai ouvir o presidente da Novadata, Mauro Dutra; os representantes da Skymaster João Marcos Pozzetti, Hugo Cezar Gonçalves e Américo Pozzetti; os representantes da Beta, Joannis Amessonhs, Michel Abud Júnior e Antonio Augusto Leite, e o brigadeiro Venâncio Grossi.

A subcomissão que analisa as contas de Marcos Valério vai ouvir as funcionárias das agências do publicitário Margaret Queiroz, Telma dos Reis

e Geiza Dias; os funcionários da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Marco Antonio da Silva e Jafete Abraão; e a presidente do Banco Rural, Kátia Rabello.

QUARTAS-FEIRAS Depoimentos principais

– 31/08 - responsáveis pelas empresas Bônus-Banval e Guaranhuns, que repassaram dinheiro para parlamentares do PP e do PL;
– 6/09 - ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência Luiz Gushiken (antecipado para terça-feira

por causa do feriado);
– 14/09 - Daniel Dantas, sócio do Banco Opportunity, sócio de empresas de telefonia que depositaram mais de R\$ 140 milhões nas contas de Marcos Valério.

QUINTAS-FEIRAS Reuniões administrativas

Sessões destinadas à votação dos requerimentos apresentados. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), deixou claro que questões administrativas não serão abordadas em outros dias da semana.

Vasconcelos nega esquema do PTB e confirma "mensalão"

O genro do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), Marcus Vinícius Vasconcelos, confirmou as denúncias de pagamento de "mensalão" feitas pelo sogro há alguns meses, reafirmando que o PTB não recebeu qualquer propina do partido, mas R\$ 4 milhões de um acordo eleitoral.

Integrante da executiva do PTB e ex-assessor do deputado, Vasconcelos negou denúncias de que operava um esquema de arrecadação de recursos para o partido e de que agia como os "olhos e ouvidos" do sogro nos Correios. Mas admitiu que encaminhou um colega ao ex-funcionário da estatal Maurício Marinho (que o acusou de corrupção no Ministério Público).

Apesar de considerar que Vasconcelos deixou muito a desejar, o sub-relator de contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), refutou as críticas dos colegas da oposição e disse que as contradições entre os depoimentos de Vasconcelos na CPI e no



Genro de petebista afirma que não era "olhos e ouvidos" do sogro nos Correios

Ministério Público indicam que ele ainda tem o que explicar.

– O corretor da Assurê Cristiano Brandão disse que Maurício Marinho foi apresentado a ele como contato de Marcus Vinícius nos Correios. Essa é só uma das informações que quebram a versão do genro do deputado – informou Cardozo.

A atuação do petebista nos Correios, de acordo com o deputado, deve ficar mais clara a partir da reconvocação de Marinho e da análise dos contratos realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Guimarães culpa BB por publicidade do Banco Popular

Ao negar qualquer envolvimento com o contrato de publicidade da agência de Marcos Valério com o Banco Popular, o ex-presidente da instituição Ivan Guimarães alegou à CPI dos Correios que todas as negociações relativas a comunicação eram gerenciadas pelo Departamento de Marketing do Banco do Brasil (BB), chefiado à época por Henrique Pizzolato.

Quando esteve na CPI, Pizzolato usou a mesma estratégia: responsabilizou a diretoria do Banco Popular pelo contrato de publicidade de R\$ 29 milhões, valor superior ao crédito concedido pela instituição.

Os critérios para a escolha da publicidade do banco foram questionados pela maioria dos parlamentares, como o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que disse nunca ter visto qualquer propaganda do Banco Popular no período em que foi realizada a campanha. Além disso, o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) informou que



Ex-dirigente de banco nega ter trabalhado como caixa dois do PT

amigos de Ivan Guimarães trabalham nas três empresas de publicidade que cuidam da conta do BB. Um desses amigos, informou o deputado, foi transferido da agência que perdeu contrato para uma outra, vencedora da nova licitação. "Tudo coincidência", disse Guimarães.

O ex-presidente do Banco Popular assumiu que participou do comitê de arrecadação de recursos para as campanhas do PT, mas deixou claro que toda a arrecadação de que participou foi regular. "Não trabalhei com caixa dois", afirmou.

CRISE POLÍTICA Ex-auxiliar de ministro da Fazenda confirma que empresa de lixo repassava R\$ 50 mil mensais ao PT



Segundo Buratti (E), ao lado de Efraim, Viana e Garibaldi, dois grupos representavam a Gtech

Buratti reafirma na CPI acusação a Palocci



A existência de dois grupos agindo nas negociações do contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo – hipótese anteriormente levantada por alguns membros e assessores da CPI dos Bingos – foi confirmada pelo advogado Rogério Tadeu Buratti, que denunciou ainda a existência de um acordo pré-eleitoral do chamado "grupo do Rio" com relação a participações na regulamentação da Lei dos Bingos e no fechamento do acordo sobre as loterias federais.

Com um tom bem mais ameno, mas sem voltar atrás no depoimento dado a promotores de Justiça que investigam a "máfia do lixo" em cidades do interior de São Paulo, Buratti, ex-secretário de governo de Antonio Palocci, quando prefeito de Ribeirão Preto, confirmou que o ministro sabia dos

R\$ 50 mil que eram repassados mensalmente pela empresa Leão & Leão à prefeitura. O dinheiro seria justificado na contabilidade da empresa com notas frias. Buratti disse que foi informado por Ralf Barquete Santos, à época assessor de Palocci, de que a ordem era que o montante fosse repassado para o diretório nacional do PT, na pessoa de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido.

– Nenhuma empresa faz uma contribuição sem que o prefeito saiba – afirmou Buratti.

Barquete, morto em 2004, teria lhe confirmado que os bingos em São Paulo arrecadaram cerca de R\$ 1 milhão para a campanha de Lula em 2002. No Rio, teria sido pelo menos mais R\$ 1 milhão, operação possivelmente comandada por Waldomiro Diniz.

– É difícil falar sobre o que não se tem provas. Conversava muito com o Ralf, que era uma pessoa honrada. É constrangedor falar de coisas que ele me confidenciava – observou Buratti. Para ele, Palocci "demorou muito" para dizer

publicamente que nada foi provado com relação a sua conduta na época em que foi secretário de Ribeirão Preto. Buratti confirmou que manteve ligações com Palocci e seus assessores Juscelino Dourado e Ademirson da Silva.

Duas linhas de negociação

Buratti disse ter sido procurado pelos executivos da Gtech, que queriam oferecer ao governo, no caso a Palocci, até R\$ 16 milhões para que facilitasse a renovação do contrato com a Caixa.

– Um dia depois de levar a proposta da Gtech para Barquete, ele me disse que o ministro não iria interceder na negociação, em qualquer hipótese.

Para Buratti, isso não passou de uma encenação, porque as negociações com o "grupo do Rio", ligado a Waldomiro, teriam sido feitas no período eleitoral, informação que, segundo ele, lhe teria sido repassada por Enrico Gianelli, advogado da Gtech na época.

Em entrevista, ministro desmente acusações

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não quis comentar o depoimento de Rogério Buratti à CPI dos Bingos. Dois dias depois das denúncias do seu ex-secretário municipal ao Ministério Público de Ribeirão Preto, em uma delação premiada, Palocci negara, em coletiva à imprensa, as informações dadas aos promotores.

– Não recebi e não autorizei que recebessem recursos para o Diretório Nacional do PT ou para outras instâncias do PT durante esse período ou qualquer outro período – afirmou.

Palocci disse que telefonou para o presidente Lula antes da entrevista e teria colocado o seu cargo à disposição, o que não teria sido aceito. A entrevista

coletiva foi mais uma ação do governo para blindar o ministro da Fazenda, ainda um dos homens mais fortes no Executivo.

Levantamento da Intelig enviado à CPI dos Bingos registra pelo menos seis telefonemas de Buratti para a casa de Palocci em 2003. Mais 12 foram realizados para Ademirson da Silva, assessor especial do ministro.

Ex-assessor do Planalto cai em contradição

Com uma série de "derrapadas", em depoimento exaltado, o ex-secretário nacional de Comunicação do PT Marcelo Sereno se contradisse na CPI dos Bingos. Apesar de o partido tentar minimizar a importância de Waldomiro Diniz como sub-chefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Sereno o classificou como o "termômetro do governo no Congresso", condição realmente relevante, segundo o relator do colegiado, senador Garibaldi Alves Filho.

Da mesma forma, o depoente disse que o deputado José Dirceu (PT-SP) teria sido um dos principais responsáveis pela eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que, conforme o relator, provaria que "José Dirceu não diz a verdade quando afirma não ter conhecimento dos Delúbios e dos Marcos Valérios".

Conforme Sereno, José Dirceu não mente quando diz que não sabia do caixa dois. Para Dirceu,

as contribuições e os rendimentos do PT seriam suficientes para bancar as campanhas do partido.

Na Casa Civil, Sereno é apontado como responsável pelo encaminhamento das indicações políticas para ministros e diretores de empresas públicas e também por indicações de interesse pessoal para cargos em fundos de pensão, o que ele nega.

Apesar de afirmar que não conversava no Palácio do Planalto sobre o PT com o então ministro da Casa Civil, Sereno deslizou ao declarar que manteve reuniões com Marcos Valério no local. Foram realizados dois ou três encontros no final de 2003 e início de 2004, em horário de expediente, e segundo ele o assunto foi o interesse de Valério em campanhas do PT no Rio de Janeiro.

A admissão das reuniões foi criticada pelos senadores, por elas terem tratado de assuntos partidários em órgão público da União e em horário de trabalho. Sereno reconheceu o erro e disse que já pensava em sair da Casa Civil para voltar-se à militância, especialmente para as campanhas municipais de 2004.

O advogado dele, Roberto Podval – que também defende Sérgio Gomes da Silva, "o Sombra", acusado de envolvimento na morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel –, discutiu com os senadores, que não permitiram sua comunicação com Sereno.



JANE ARAÚJO

Sereno admitiu ter mantido reuniões com Marcos Valério dentro do Palácio do Planalto

Sereno nega ter sido arrecadador para PT a pedido de ex-ministro

Em depoimento à CPI dos Bingos, o ex-secretário nacional de Comunicação do PT Marcelo Sereno foi informado pelo presidente Efraim Morais (PFL-PB) de que a ex-secretária de Finanças da prefeitura de Campina Grande (PB) Aleni Rodrigues de Oliveira denunciou a entrega de R\$ 600 mil a ele, que deveriam ser repassados a José Dirceu.

– Ela disse ao Ministério Público que Sereno teria lhe solicitado R\$ 600 mil, que seriam entregues ao José Dirceu. Isso teria acontecido durante o governo da ex-prefeita Cozete Barbosa, entre 2003 e 2004 – assinalou o senador.

Sereno disse que as acusações eram "mentirosas" e que José Dirceu nunca lhe pediu para fazer qualquer arrecadação.

– Vamos requerer o depoimento de Aleni no Ministério Público Estadual para conhecermos melhor o caso – anunciou Efraim Morais.

Aleni já negou que tenha provas de que esse suposto repasse teria sido feito ao então ministro da Casa Civil e disse que só fala em denúncias que tenha como provar, como o pagamento de R\$ 800 mil da prefeitura à empresa do publicitário Duda Mendonça, sem que houvesse contrato formal.

Para senadores, dois grupos disputavam o controle dos jogos de azar

Segundo boa parte dos senadores, as afirmações de Buratti pela primeira vez conseguiram ajudar a montar as peças do quebra-cabeça. A análise dos fatos leva alguns membros da CPI a apostar na possibilidade de que realmente havia dois grupos de poder brigando pela chefia dos jogos ou, pelo menos, do principal contrato existente no país: o das loterias federais.

O primeiro seria o "grupo do Rio", assim nomeado por Rogério Buratti, envolvendo Waldomiro

Diniz e, conseqüentemente, a Casa Civil. O segundo estaria relacionado a Ralf Barquete, a Buratti e ao Ministério da Fazenda. Conforme o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), não há dúvidas de que Rogério Buratti falou a verdade em boa parte de seu depoimento.

– Dá para acreditar no que ele disse, desde que aprofundemos

as investigações para que possamos comprovar os fatos, porque os depoimentos revelam indícios enquanto os documentos revelam evidências – expôs o relator, que já havia feito referências à hipótese de duas frentes de ação no caso Gtech. O depoimento também minimizou as dúvidas com relação ao envolvimento político da Gtech, segundo o presidente da

Buratti disse a verdade na maior parte do depoimento, afirma relator

CPI, Efraim Morais (PFL-PB). De acordo com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), "com certeza Buratti é outra pessoa na comparação com o primeiro depoimento prestado".

– Mas foi possível perceber que Buratti e Palocci continuam se respeitando e dizendo somente meia verdade – assinalou.

O depoimento de Rogério Buratti começou tumultuado, por causa da presença, na sala da CPI, do promotor de Justiça de Ribeirão Preto Aroldo Costa Filho, um

dos membros do Ministério Público que participaram da inquirição do ex-secretário de Palocci. Segundo Tião Viana (PT-AC), o depoente poderia se sentir constrangido ao ter de falar na presença do promotor. A colocação foi ratificada por Flávio Arns (PT-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS). Os demais senadores da CPI se opuseram a esse posicionamento e, diante da declaração de Buratti de que não se sentia coagido, o membro do MP pôde assistir ao depoimento.

CRISE POLÍTICA Ministro da Fazenda se mantém no foco das investigações, apesar da entrevista coletiva

Buratti atinge blindagem de Palocci



Mesmo sem efetivar a convocação de Antonio Palocci, ao aprovar a convocação de seu atual chefe de gabinete, Juscelino Antônio Dourado, a CPI dos Bingos está se aproximando do ministro da Fazenda. Na lista dos números mais ligados pelo advogado Rogério Tadeu Buratti entre 2003 e 2004, conforme quebra de sigilo telefônico, aparecem os números de Dourado e do ministro Palocci. Além disso, há registros de idas semanais do advogado ao Ministério da Fazenda entre 2003 e início de 2004.

Há especulações sobre a saída de Dourado do Ministério da Fazenda, medida que está sendo protelada diante das especulações em torno da crise política. Denúncia da revista *Veja* também

dá conta de que, com base em grampos telefônicos e em e-mails autorizados pela Justiça, Dourado teria encomendado a Buratti a compra de aparelho para detectar escuta telefônica, a pedido de Palocci. O ministro nega.

Na mesma linha de investigação, a CPI também aprovou requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) para que o Ministério da Fazenda envie cópias dos controles de entrada de visitantes, na portarias principal, privativa, e do anexo do prédio na Esplanada dos Ministérios, de outubro de 2002 até hoje.

O senador sustenta que, além de "contatos poderosos" na Caixa Econômica Federal, Buratti também teria informações provenientes do ministério. Um exemplo, segundo Tuma, seria a ligação de dez minutos feita do gabinete do ministro Palocci, no dia 1º de dezembro de 2003,

às 20h26, para a residência de Buratti, em Ribeirão Preto.

Em complemento à investigação do advogado, a CPI também convocou os promotores Aroldo Costa e Sebastião Sérgio Silveira, que investigam a "máfia do lixo" em municípios de São Paulo, entre eles Ribeirão Preto, no qual Buratti também está envolvido.

O relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), solicitou cópia do depoimento de Buratti, prestado no dia 19, em Ribeirão Preto, na presença dos promotores Costa e Silveira. Seu advogado, Roberto Telhada, será ouvido nesta quarta-feira pela CPI, logo após Denivaldo Henrique Almeida, conhecido como Professor Henrique. Ele manteve diversos encontros com Buratti e Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech, no período de renovação do contrato de loterias federais com a Caixa.



Juscelino Dourado, chefe de gabinete de Antonio Palocci, o elo entre Rogério Buratti e o ministro da Fazenda, será ouvido

CPI dos Bingos finalmente ouvirá advogado da Gtech

Quase um mês depois da primeira convocação para se apresentar à CPI dos Bingos, o advogado Enrico Gianelli falará pela primeira vez nesta terça-feira sobre os fatos que o envolvem nas negociações para a renovação do contrato de loterias federais entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech.

Gianelli, que atuou para a multinacional enquanto parte do escritório Fischer & Foster, não se apresentou nos dias 4 e 9 de agosto, por ter conseguido liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) mediante justificativa de que não poderia falar, amparado pelo sigilo que deve ter o profissional da advocacia com seus clientes.

Em novo pedido ao STF, a liminar lhe foi negada. Gianelli deveria ter se apresentado na semana passada, mas sua convocação foi adiada diante de nova apresentação de Rogério Buratti. Da mesma forma, a

mega-acareação prevista para esta semana também será remarcada, já que a oitiva do advogado é essencial para que haja um tira-teima entre os principais envolvidos no caso.

Os senadores aprovaram na semana passada requerimento que convoca ainda Wilney Barquete, ex-presidente da empresa Leão Ambiental, e Sueli Ribas, viúva de Ralf Barquete. A diretora jurídica da Gtech, Magda Kiehl, deverá prestar depoimento perante a Polícia Federal.

Assim como as demais comissões parlamentares de inquérito, a dos Bingos também aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) convocando Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Já o senador Tião Viana (PT-AC) pediu a retirada de seu requerimento que convocava a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, e seu marido, Anthony Garotinho.

Irmão de Celso Daniel vai depor esta semana

O possível envolvimento de empresas de jogos em esquemas de corrupção na prefeitura de Santo André (SP) e que estariam para ser denunciadas pelo ex-prefeito Celso Daniel, morto em janeiro de 2002, levaram o senador Romeu Tuma (PFL-SP) a convocar o irmão dele, João Francisco Daniel. Ele fala à CPI dos Bingos nesta quinta-feira.

Em entrevistas, João Francisco afirmou por diversas vezes que Celso Daniel foi morto em uma operação de queima de arquivo. "Ele já manifestou a vontade de vir à CPI para poder falar o que sabe", disse Tuma.

O prefeito de Santo André foi morto quando voltava de um jantar com o ex-segurança e empresário Sérgio Gomes da Silva, o "Sombra", apontado pelo Ministério Público como o mandante do crime.

Entenda os casos

Primeiro caso - Loterj

2002

Então presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), Waldomiro Diniz é gravado pedindo propina ao empresário Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Na fita, ele pede contribuições para as campanhas das então candidatas ao governo do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (hoje no PMDB) e Benedita da Silva (PT), além de 1% para ele do total dos contratos fechados. Na gravação, Waldomiro sugere que Cachoeira formule edital de licitação conforme suas necessidades.

Versão Waldomiro - Mesmo diante da fita, nega que tenha sido arrecadador de recursos para campanhas. Confirma que recebeu R\$ 100 mil de Cachoeira para a campanha de Geraldo Magela ao governo do Distrito Federal em 2002. Nega que a propina seria para ele. O 1% dos contratos seria repassado a Armando Dile, já morto, que segundo Waldomiro não estava recebendo os serviços prestados a Cachoeira. Indiciado por corrupção ativa.

2004

O escândalo é apresentado pela revista *Época* em fevereiro de 2004, o que levou à exoneração de Waldomiro Diniz do cargo de subchefe da assessoria parlamentar da Casa Civil. O caso leva à abertura de CPI pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Versão Cachoeira - Diz que gravou Waldomiro Diniz porque estava sendo freqüentemente achacado pelo então presidente da Loterj. Nega que tenha pago qualquer propina ou contribuição para campanhas eleitorais. Indiciado por corrupção passiva.



Segundo caso - Gtech x Caixa

2003

Depois de uma série de negociações no final de 2002, a Caixa e a Gtech fecham em janeiro de 2003 um contrato-tampão de 90 dias, para dar continuidade ao serviço de operação e processamento de loterias federais pela multinacional. Em março, alguns dias antes do fechamento de novo contrato, Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Rogério Buratti, Marcelo Rovai (Gtech) e Enrico Gianelli envolvem-se em uma série de negociações. Os envolvidos acusam-se de tentativa de extorsão, com uma série de contradições quanto aos fatos realmente ocorridos.

Versão Gtech (Marcelo Rovai) - Waldomiro Diniz impôs a contratação de um consultor, a ser indicado por ele, para que o contrato com a Caixa fosse renovado. Diz que seriam procurados pelo consultor. Foram procurados por Rogério Buratti, no dia 1º de abril de 2003 - primeira data prevista para a renovação do contrato com a Caixa. Buratti teria cobrado inicialmente R\$ 20 milhões para que houvesse a renovação do contrato. No mesmo dia, o valor foi reduzido a R\$ 6 milhões.

Versão Waldomiro - Diz que foi procurado por Carlos Cachoeira para uma reunião com os executivos da Gtech. Cachoeira o teria ameaçado com fita de vídeo em que aparece pedindo propina. Nega ter pedido dinheiro à Gtech ou ter imposto a contratação de um consultor para que fosse efetivada a negociação entre a Caixa e a multinacional.

Versão Buratti (segundo depoimento) - Declara que Ralf Barquete, à época assessor da Caixa, teria sido procurado por representantes da Gtech. Buratti se encontrou com executivos da multinacional, que ofereceram ao ministro Palocci de R\$ 500 mil a R\$ 16 milhões, valor conforme o atendimento da proposta. Um dia após informar Barquete da oferta, ele teria dito que o ministro não iria interceder em favor da empresa, em qualquer hipótese. Foi informado por Gianelli que a negociação da Gtech com Waldomiro já havia sido acertada em acordo pré-eleitoral, assim como a regulamentação da lei dos bingos. Waldomiro e Buratti negam se conhecerem ou terem mantido qualquer contato.

Versão Cachoeira - Afirma que intermediou o encontro entre Waldomiro e a Gtech a pedido do então assessor parlamentar da Casa Civil. Mesmo alegando ter sido achacado por Waldomiro, quando presidente da Loterj, diz que interrompeu o encontro com medo de ser prejudicado por ele.

Versão Gianelli - Ainda não se manifestou sobre o caso. Depõe nesta terça-feira.

Requerimentos aprovados

Documentos

- 1 - Cópia do depoimento de Rogério Buratti prestado no dia 19/08, em Ribeirão Preto (SP), na Polícia Civil, na presença de promotores
- 2 - Cópia dos controles de entrada de visitantes nas portarias do prédio do Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios, no período de outubro de 2002 até 2005
- 3 - Solicitação à Justiça Federal da cópia de processo em trâmite na 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, que investiga denúncias de propina e lavagem de dinheiro na loteria do estado

- 4 - Solicitação à Procuradoria Geral da República de cópia dos relatórios da força-tarefa formada por auditores fiscais, policiais e federais e procuradores da República que identificaram 137 políticos e 411 funcionários públicos que utilizaram mecanismos fraudulentos para remeter ou receber dólares do exterior através das contas CC-5 do Banco Central
- 5 - Cópia de qualquer processo ou investigação que envolva a ex-prefeita de Campina Grande (PB), Cozete Barbosa, e a ex-secretária de Finanças do mesmo município, Aleni Rodrigues

Convocação

- 1 - Juscelino Dourado, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci
- 2 - Aroldo Costa Filho e Sebastião Sérgio da Silveira, promotores de Ribeirão Preto, para informar a comissão sobre as investigações envolvendo Rogério Buratti
- 3 - Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona
- 4 - Roberto Lopes Telhada, advogado de Rogério Buratti

- 5 - Retirada do requerimento que convocava para depor Rosinha Matheus e Anthony Garotinho
- 6 - Diretora jurídica da Gtech, Magda Kiehl, para prestar depoimento perante a Polícia Federal
- 7 - Wilney Barquete, ex-presidente da empresa Leão Ambiental
- 8 - Sueli Ribas, viúva de Ralf Barquete

CRISE POLÍTICA Em primeiro depoimento, a portas fechadas, Previ, Petros e Funcef negam relações com Marcos Valério



Depois da reunião fechada, presidentes dos fundos de pensão negam à imprensa envolvimento com esquema de corrupção

Fundos de pensão voltam à CPI, mas em sessão aberta



Depois de ouvi-los em reunião fechada, na última semana, a CPI Mista do Mensalão convocou para novo depoimento nesta quarta-feira, desta vez em sessão aberta, os presidentes dos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal).

Sérgio Ricardo Silva Rosa, Wagner Pinheiro de Oliveira e Guilherme Narcizo de Lacerda tomaram a iniciativa de prestar depoimento à comissão na semana passada e, após a oitiva, declararam à imprensa que os fundos não têm participação no esquema de corrupção investigado.

Todos negaram ter relações com Marcos Valério, suposto operador do "mensalão", embora os presidentes da Previ e da Funcef tenham admitido que os fundos alugam ou alugaram imóveis para uma das agências do publicitário, a DNA, em Brasília, "dentro das condições de mercado". Apenas a Petros admitiu ter aplicações nos bancos BMG e Rural, no valor de R\$ 90 milhões e R\$ 5,5 milhões, respectivamente, segundo Wagner Pinheiro. Os presidentes da Funcef e da Previ disseram que já investiram nesses bancos, mas retiraram as aplicações no ano passado.

Por temer repercussões negativas na economia em função de declarações dos depoentes, o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), decidiu ouvi-los em caráter reser-

vado. Lando considerou que a reunião fechada foi importante para que os parlamentares questionassem com cautela os convocados, a fim de não pôr em risco informações sigilosas das instituições. Os integrantes da CPI avaliaram, no entanto, que a participação dos representantes dos fundos foi precipitada, uma vez que eles não tinham elementos documentais para questioná-los.

Para obter dados mais consistentes sobre a atuação dos fundos, a comissão conta com a transferência de informações da CPI Mista dos Correios sobre essas instituições, que dificilmente estarão disponíveis ainda esta semana, pois o pedido de quebra de sigilo dos fundos foi aprovado na CPI dos Correios somente na última quinta-feira.

Costa Neto admite caixa dois e implica Dirceu

Valdemar Costa Neto (RJ), ex-deputado federal e presidente do PL, confirmou em depoimento à CPI do Mensalão, na terça-feira, que recebeu R\$ 4,8 milhões do PT "sem nenhuma comprovação". De acordo com Costa Neto, dos R\$ 6,5 milhões a ele repassados pelo empresário Marcos Valério até janeiro de 2005 e que foram utilizados para cobrir despesas da campanha do segundo

turno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, somente R\$ 1,7 milhão foi registrado por meio de recibos.

Segundo o presidente do PL, repasse de R\$ 10 milhões que deveria ter sido feito pelo PT para compensar as perdas do PL com a verticalização – fruto de

acordo entre os partidos em 2002 – não se concretizou e, ao final do primeiro turno das eleições de 2002, o PL não conseguiu alcançar 5% do eleitorado para obter as verbas do fundo partidário. Naquela situação, afirmou Costa Neto, "a salvação do PL como partido dependia da eleição de Lula", daí ele ter gastado R\$ 6,5 milhões no segundo turno da eleição presidencial mesmo sem ter recebido os

R\$ 10 milhões acordados. Ainda de acordo com o ex-deputado, a negociação sobre dinheiro para a chapa PT-PL nas eleições de 2002 foi feita entre ele e Delúbio Soares, tesoureiro do PT na época. O então candidato Lula participava apenas das conversas políticas. Já o ex-ministro



Valdemar Costa Neto, presidente do PL, confirmou acordo financeiro com PT nas eleições de 2002

da Casa Civil José Dirceu, acrescentou Costa Neto, era constantemente informado por ele de que Delúbio não estaria repassando os recursos acordados em 2002.

Para Costa Neto, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) quis fazer chantagem com aqueles que usaram recursos de caixa dois na campanha e "inventou a história do 'mensalão' para criar cortina de fumaça porque foi pego na prática da corrupção

nos Correios". O ex-deputado disse ainda que renunciou ao seu mandato para proteger o PL, pois, de acordo com ele, "qualquer coisa que fizesse para defender o partido pareceria que estaria defendendo seu mandato".

Na quarta-feira, o presidente do PL prestou depoimento no Conselho de Ética da Câmara, onde reafirmou todas as declarações feitas no dia anterior à CPI do Mensalão.

Presidente do PL diz à CPI do Mensalão ter recebido R\$ 6,5 milhões do PT

Relator decide futuro de Roberto Jefferson nesta 2ª

O relator do processo de cassação contra o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) no Conselho de Ética da Câmara, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), apresenta nesta segunda-feira, às 18h30, voto em que recomenda ou não a cassação do parlamentar.

No parecer lido na quinta-feira, Jairo Carneiro argumentou que

nada há de concreto que confirme as denúncias de pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio político, como foi denunciado por Roberto Jefferson.

Após a leitura do voto do relator, Roberto Jefferson poderá apresentar sua defesa. Mas a votação do caso deve ficar para quinta-feira, uma vez que o

deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) anunciou que pretende pedir vistas do processo.

Segue processo contra ex-ministro Dirceu

Depois da apresentação da defesa do deputado José Dirceu (PT-SP), devem ser ouvidas esta semana as testemunhas do processo em que é pedida

a cassação do parlamentar. O relator, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), informou que não recomendará o arquivamento do processo. Ele esclareceu ainda que tanto as pessoas indicadas por Dirceu como as que o Conselho de Ética irá convidar para depor não são obrigadas a comparecer, podendo mandar seus esclarecimentos por escrito.



No Conselho de Ética, processo contra Dirceu entra na fase de depoimentos

Aprovadas convocações de Genoio e Barcelona

O ex-presidente do PT José Genoio será ouvido na CPI do Mensalão, em data a ser definida. A convocação do petista foi aprovada na quinta-feira pela comissão, que também decidiu pela quebra dos seus sigilos bancário e fiscal, assim como do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e do ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas. Foi resolvida ainda a convocação do presidente do PP, Pedro Correia, e de todos os citados na lista de sacadores das contas de Marcos Valério, entregue pelo empresário ao Ministério Público. Entre eles estão João Cláudio Genu, assessor parlamentar do líder do PP na Câmara, deputado José Janene, que sacou cerca de R\$ 1 milhão.

A CPI aprovou ainda a convocação do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, mas os parlamentares divergem quanto à melhor maneira de ouvi-lo, se na sala da CPI em Brasília, ou em São Paulo, onde está preso, por meio de uma subcomissão. Foram aprovadas também as convocações dos banqueiros Daniel Dantas, do banco Opportunity, e Gustavo Marin, do Citibank; e a quebra de sigilo bancário da Atenas Trading, empresa ligada a doleiros, do publicitário Duda Mendonça e de suas empresas.

A comissão resolveu ainda solicitar que o BNDES envie todos os investimentos feitos nos últimos 30 meses pelo banco na América do Sul. A intenção é verificar a existência de transferências de recursos do exterior para o PT. Foi aprovado também pedido de cópia de todos os empréstimos contraídos por Marcos Valério junto aos bancos BMG e Rural e da ação judicial impetrada recentemente pelo empresário contra o PT.

O empresário José Carlos Batista, proprietário da empresa Guaranhuns Ltda., tem depoimento marcado para as 11h30 desta terça-feira na CPI do Mensalão. Ele deverá ser questionado sobre a intermediação da empresa nos repasses de dinheiro das empresas de Marcos Valério para o PT e outros partidos.

CRISE POLÍTICA Presença do ministro em CPI para explicar denúncias é solicitada por senadores da oposição

Alvaro defende convocação de Palocci



O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu, em discurso, a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para depor na CPI dos Bingos, depois que o advogado Rogério Buratti reiterou, em depoimento, a acusação de pagamento de propina de R\$ 50 mil mensais à prefeitura de Ribeirão Preto (SP), à época da gestão de Palocci.

– Esta é a hora de se eliminarem dúvidas, porque o responsável pela gestão econômica do país não pode permanecer no governo sob suspeitas – afirmou.

Ele lembrou que Palocci já se dispôs a comparecer à comissão e previu que a presença do ministro será esclarecedora, eliminará dúvidas e o preservará, “se

realmente estiver imune às denúncias”, para continuar no exercício da função.

Na opinião do senador, quem exige “investigação cabal e definitiva” dos fatos não compromete a economia. Ao contrário, disse ele, o que pode comprometer a economia é a corrupção, pois, conforme avaliou, os investidores internacionais não investem em países que apresentam insegurança política. Para Alvaro, investigar a corrupção, punir os responsáveis e prevenir novos casos fará com que o Brasil dê um salto de qualidade e ofereça segurança aos investidores.

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quinta-feira teve cenas de “exorcismo



Para Alvaro Dias, “está na hora de se eliminarem as dúvidas”

explícito”, foi equivocado e falhou por não comparar seu governo com o de Fernando Collor, afirmou Alvaro Dias, ao comentar as analogias feitas pelo presidente entre a crise atual e os momentos difíceis vividos por Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart.

Sem fatos novos, Garibaldi descarta depoimento

Relator da CPI Mista dos Bingos, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse em Plenário que não cogita, no momento, convocar o ministro Antonio Palocci para depor. Para ele, o ministro foi “franco, claro e veemente, no sentido de esclarecer tudo o que foi dito por Rogério Buratti” na entrevista coletiva concedida no domingo.

O senador pelo Rio Grande do Norte admitiu, porém, que se o depoimento do advogado Rogério Buratti, na quinta-feira, trouxesse novos fatos, informações ou provas, poderia ser discutida a possibilidade de

convocação do ministro.

Garibaldi Filho avaliou que, agindo assim, a CPI prosseguirá na sua linha de serenidade e seriedade.

– Fiquem tranqüilos todos os que estão acompanhando os nossos trabalhos, todos os que estão querendo que tudo seja esclarecido e que a justiça seja feita. O escândalo da Gtech não pode ficar impune, o caso não pode deixar de ter os desdobramentos, não podemos deixar de punir os que certamente impuseram à Caixa Econômica Federal prejuízos que terminaram sendo debitados à nação – afirmou Garibaldi Filho.

Agripino vê falta de objetividade em CPI

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), responsabilizou o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pelo andamento dos trabalhos, que, na sua opinião, vêm apresentando falta de objetividade e pragmatismo. José Agripino informou que foi possível sentir, em reunião com parlamentares do PFL, a inquietação do partido com os rumos da CPI.



José Agripino

Para Agripino, o senador petista tem a obrigação de interpretar o pensamento médio dos parlamentares e ordenar a convocação daqueles que podem trazer esclarecimento às investigações.

– Mais do que aprovar os requerimentos, Delcídio tem a obrigação de dar rumo às investigações – observou o senador. Agripino disse desconfiar que a base governista impeça a prorrogação dos trabalhos da CPI e que esteja se utilizando de depoimentos para não chegar a conclusão nenhuma.

O líder pefelista afirmou que os parlamentares devem exigir de Delcídio Amaral o agendamento de todos os depoimentos. Na quinta-feira, seu pedido acabou sendo em parte atendido, como no caso do ex-ministro Luiz Gushiken e de diretores do Banco Rural, mas não no caso do ex-ministro e deputado José Dirceu e de Paulo Okamoto.

O senador, que disse falar também em nome do PSDB, lembrou que Dirceu é considerado o avalista moral dos empréstimos ao PT feitos pelos bancos Rural e BMG por intermédio de empresas de Marcos Valério. Sobre Paulo Okamoto, Agripino afirmou que, contra ele, pesam quatro versões sobre o pagamento, que teria feito, de R\$ 29 mil de uma dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT.

Bornhausen: contratos omitidos

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) acusou o ministro Antonio Palocci de ter omitido, na entrevista coletiva, diversos contratos realizados quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP). Bornhausen citou denúncias do prefeito do Rio de

Janeiro, César Maia.

– Existem nove contratos sem licitação e dez outros com licitação entre a prefeitura de Ribeirão Preto e a empresa Leão & Leão. Propositamente, Palocci deixou de apreciar a existência desses contratos.

Guerra elogia Palocci e critica Lula

Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou o governo, em especial o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por não assumir responsabilidades sobre a crise política atual. Ele elogiou o comportamento do ministro Antonio Palocci, que concedeu entrevista coletiva na véspera para se defender das acusações de corrupção feitas por seu ex-assessor Rogério Buratti.



Sérgio Guerra

Para ACM, apuração deve prosseguir

Depois de dizer que o ministro da Fazenda se saiu bem em suas explicações, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sustentou que as investigações em torno das denúncias de corrupção envolvendo o PT

não podem parar.

– Exigimos que as investigações continuem com todo rigor e que o presidente Lula não tente continuar tão indiferente como quer demonstrar – advertiu o senador.

Elite apóia Lula, diz José Jorge

“Quem não tem negado apoio ao seu governo são as elites, que têm se aproveitado da política econômica do ministro Palocci e dos juros altos praticados pelo Banco Central”, afirmou o senador José Jorge (PFL-PE), após elogiar a disposição do ministro Antonio Palocci de apresentar sua defesa em entrevista coletiva e se dispor, de imediato, a prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional.

Ideli exalta “transparência”

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu Antonio Palocci e declarou que o ministro, ao desmentir as denúncias, demonstrou “firmeza, tranqüilidade e transparência”. Ela também elogiou pelo desempenho na condução da economia,

afirmando que Palocci é “sônimo de responsabilidade administrativa”.

– Em sua entrevista, Palocci tratou detalhadamente de cada uma das acusações feitas contra ele, desmontando a lógica dessas denúncias – disse a senadora.

Para Suplicy, atitude foi “exemplar”

Eduardo Suplicy (PT-SP) também fez uma avaliação positiva da entrevista coletiva e elogiou a disposição do ministro de responder a todas as perguntas dos jornalistas e de abrir seu sigilo fiscal, bancário e telefônico. – Esta atitude é tão exemplar que gostaria que fosse seguida por outras autoridades do governo e do PT – declarou.



Eduardo Suplicy

Serys critica Veja e elogia entrevista

Serys Shessarenko (PT-MT) manifestou sua admiração pelo desempenho do ministro Antonio Palocci, na entrevista coletiva, e criticou a revista *Veja* pela forma como vem tratando a crise política, “muitas

vezes, divulgando informações que depois não se confirmam”. Serys afirmou que o Brasil enfrenta uma crise muito séria, necessitando de um jornalismo sério e não o exercitado por *Veja*.

Cristovam vê governo em dívida

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse que, se o governo estivesse cumprindo as promessas de campanha e “transformando a sociedade”, as atuais denúncias de corrupção “não tocariam, ou tocariam levemente” o presidente da República. “O país inteiro viu, até com alívio, a confiança transmitida por Palocci em sua entrevista. Boa parte dessa credibilidade teve origem na política econômica que ele executa”, afirmou.

Virgílio destaca investigação sobre cartões corporativos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), elogiou o anúncio pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de que vai investigar os gastos com cartões de crédito corporativos do governo. A auditoria envolverá gastos de até R\$ 4 milhões efetuados entre janeiro e junho deste ano pela Casa Civil da Presidência da República e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo reportagem da revista *IstoÉ Dinheiro*, citada pelo senador, e cuja fonte é o próprio TCU, dois terços desses gastos foram com saques em dinheiro.

Autor de requerimento com pedido de

informações sobre o uso de cartões corporativos pelo governo, protocolado há mais de um ano, Virgílio criticou o que classificou de “abuso” dos servidores do governo em relação ao uso dos cartões corporativos, usados legalmente por funcionários para o pagamento de compras e serviços inerentes às suas funções. Ele também elogiou decisão da CPI dos Correios, que solicitou a quebra do sigilo bancário de fundos de pensão.

Em outro comentário, Virgílio disse respeitar a atitude de Luis Favre, marido da ex-prefeita Marta Suplicy (PT), que em nota à imprensa contestou as

acusações de que seria responsável por movimentações ilegais de recursos do PT no exterior – publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* –, mas ressaltou que a reportagem “é detalhada, sólida e bem concatenada”.

– Essas denúncias casam com as declarações de Duda Mendonça de que o PT estava envolvido em operações de caixa dois no exterior. E também casam com o fato de que Luis Favre foi contratado por Duda Mendonça por R\$ 20 mil por mês. Em um primeiro momento pensei que essa contratação era uma sinecura. Mas é um indício a mais. É preciso in-

vestigar até o fim para que não parem quaisquer dúvidas sobre o caso. Se Favre for inocentado, melhor, não desejo mal a ninguém – destacou Virgílio, que também defendeu a convocação de Favre pela CPI dos Correios.

O senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a oposição tentava aprovar o requerimento de Virgílio desde o ano passado, mas só recentemente obteve sucesso, em virtude de resistência da bancada governista. Para ele, os saques em dinheiro vivo fazem com que esses cartões percam sua razão de ser, que é a publicidade e a transparência dos gastos.

CRISE POLÍTICA Parlamentares debatem os desdobramentos, para o país, das denúncias de irregularidades políticas

Renan: é momento de corrigir rumos



O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, medida por pesquisa recente do Ibope, mostra que o momento atual é propício para o governo “corrigir rumos e aparar arestas”, além de ser oportunidade para mudar as legislações sobre lavagem de dinheiro e financiamento de campanhas eleitorais.

O senador considerou “positiva” a iniciativa de Lula, de convidar a ele e aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, e da Câmara, Severino Cavalcanti, para participar de reunião no Palácio do Planalto com o objetivo de debater melhorias nas

instituições democráticas. Segundo Renan, em momentos de crise “é importante que as instituições conversem”.

– Será bom para o país demonstrar o funcionamento das instituições, a votação das agendas legislativas e o aprofundamento das investigações sobre corrupção – disse, frisando que, no primeiro semestre, o Senado votou 1.100 matérias.

Renan também enfatizou o papel de seu partido, o PMDB, na manutenção da governabilidade. Mas ressaltou que a legenda tem um “projeto de poder” e pretende lançar candidato próprio à Presidência da República em 2006.

Ao participar de sessão em ho-

menagem ao centenário de nascimento do escritor Érico Veríssimo, Renan declarou que “a crise política no Brasil apresenta dimensões cada vez mais graves”. Mas observou que, se a indignação e a perplexidade parecem inevitáveis, está convencido de que, mais uma vez, os brasileiros saberão contornar a situação, punindo com rigor os culpados e tirando valiosas lições para o amadurecimento do país.

– Temos de contornar esta e outras crises e construir um Brasil digno e justo. Para que nós, mortais, leguemos às próximas gerações o valor imortal da bravura e da participação política como ingredientes indispensáveis à cidadania – ressaltou.

Para Renan, é importante manter as instituições em funcionamento

Jefferson Péres e ACM criticam encontro

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mostraram-se preocupados com a motivação do encontro dos chefes dos três Poderes da República, marcado para esta quarta-feira à noite. Jefferson Péres recomendou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que consulte as duas Casas legislativas (Câmara e Senado) antes de decidir assinar uma eventual nota conjunta de apoio à governabilidade.

– É preciso ter cuidado para que esse ato não seja interpretado como submissão do Legislativo ao Executivo ou que o Congresso possa ser usado como massa de manobra – advertiu Jefferson Péres.

ACM afirmou que a preocupação de Jefferson Péres é de toda a Casa, levando em conta o momento difícil enfrentado pelo país. Para ele, “assinar nota de apoio à governabilidade não é algo certo nesta hora”.

Ao comentar, na manhã de quarta-feira, o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Renan considerou a proposta positiva. Na sua opinião, é salutar as instituições trocarem idéias em momentos de crise, atitude que pode ajudar a transmitir um sentimento de normalidade, de que as coisas estão funcionando. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, também deve participar do encontro.

Maciel propõe rediscussão do Conselho da República

O senador Marco Maciel (PFL-PE), em discurso na quarta-feira, propôs que a composição do Conselho da República seja rediscutida. Para ele, a medida garantirá maior representação federativa, dará maior força institucional ao país e irá reforçar o Estado democrático de direito. O senador afirmou que, embora o conselho esteja previsto na Constituição federal, até hoje os dispositivos para sua criação e funcionamento não foram regulamentados.



Marco Maciel

Maciel lembrou ter sugerido alteração à Proposta de Emenda à Constituição 88/03, para que um governador de cada região do país integrasse o conselho. Disse também que, embora a Carta Magna não preveja um representante do Poder Judiciário, isso foi objeto de outra emenda apresentada por ele.

Para César Borges, Lula usa números como disfarce

O senador César Borges (PFL-BA) acusou o governo de se utilizar de dados sobre os índices econômicos para disfarçar a crise política diante da opinião pública e reforçar a imagem populista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando manter o PT na disputa para as próximas eleições.



César Borges

De acordo com o senador, independentemente das comissões de inquérito (CPIs) em funcionamento no Congresso, a situação econômica estável do país decorre de um quadro financeiro global, em que os investidores procuram mercados que ofereçam taxas de juros mais altas para dirigirem seus investimentos.

– A bolsa em alta e a queda do dólar não são obra deste governo – frisou César Borges.

Pavan diz que PT perdeu “patrimônio simbólico”

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou na quinta-feira que “o PT perdeu seu patrimônio simbólico”. O parlamentar lembrou que o partido chegou ao poder “como portador das melhores esperanças da nação, entre elas a de que um modo transparente de fazer política, infenso à corrupção”, chegava ao governo federal.

– Mas agora está claro para os brasileiros que essa esperança desapareceu. O PT não é tão puro e tão ético como gostava de apregoar – disse o senador, citando as recentes denúncias de corrupção e as investigações das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Mas Pavan ressaltou que “há inúmeras pessoas dessa legenda que merecem respeito, possivelmente até a maioria”. Para ele, “são alguns líderes ou desavisados que prejudicam o partido”.



CÉLIO AZEVEDO

Segundo Leonel Pavan, o PT não é tão puro e tão ético como gostava de apregoar

– A perda de patrimônio simbólico do PT não atinge apenas essa legenda; mata a esperança da nação, além de deixá-la com aquele travo cínico que a faz pensar que não há esperança para o país. Em uma conclusão fácil e cômoda, todos os políticos são ou se tornam desonestos – declarou.

Sibá afirma que oposições querem demolir o PT

O senador Sibá Machado (PT-AC) sustentou da tribuna que as oposições estão tentando “demolir” o PT, não se limitando a criticar ou investigar os petistas que cometeram erros.

– Querem demolir o PT. Vai haver luta. Vai haver revide. Estão nos provocando. Nós já passamos por momentos muito difíceis em nossas vidas. Já enfrentamos as patas dos cavalos, as pontas das baionetas. Na luta no campo, de onde eu vim, vi as maiores barbaridades. Nós estamos acostumados com o que não presta. Sabemos o que são as masmorras. Se for para nos

provocar, aceitamos o desafio – advertiu Sibá.

O senador disse que não aceita o que acontece nas CPIs, onde as oposições pedem “investigação verdadeira” quando isso lhes interessa, mas falam em “abafão” quando as investigações não atendem aos interesses oposicionistas. Lamentou ainda que existam “deputados preocupados” com o fato de uma CPI ter “mais holofotes” que outra.

Sibá pediu conciliação aos grupos do PT liderados por Tarso Genro e José Dirceu, que se enfrentam para dominar a direção nacional do partido.

Paim não aceita generalização de corrupção em prefeituras

Ao discursar em Plenário na segunda-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS) se disse incomodado com a tentativa da oposição de estender as denúncias de corrupção envolvendo prefeitos de seu partido no interior de São Paulo a todas as prefeituras administradas pelo PT no Brasil.

– Confesso que fico incomodado no Plenário quando vejo que alguns, felizmente uma minoria, generalizam, como se todas as prefeituras do PT tivessem problemas de corrupção; como se todos os parlamentares do PT estivessem envolvidos em

corrupção, dando a impressão de que o PT, em seu conjunto, é corrupto. Se 0,001% de parlamentares ou mesmo dirigentes do PT cometeram erros ou foram desonestos, eles terão que responder. Serão punidos com certeza absoluta pelo Congresso, pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público – desabafou.

Paim afirmou ainda que não é possível que mais de 800 mil filiados do PT e milhões de simpatizantes respondam por crimes cometidos por apenas uma pequena parcela de dirigentes de seu partido.

REFORMA - A deliberação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do substitutivo ao projeto de lei (PLS 275/05) que modifica a legislação eleitoral foi anunciada na terça-feira no Plenário do Senado. A aprovação teve caráter terminativo. Se a apreciação da matéria em Plenário não for reivindicada por nove senadores, no mínimo, nos cinco dias úteis após a publicação da decisão no *Diário do Senado*, a expectativa é de que ela siga para a Câmara dos Deputados na próxima quarta-feira.

RENÚNCIA - Renunciar ao mandato parlamentar com o objetivo de impedir a instauração de processo que possa levar à cassação poderá também ter como consequência a inelegibilidade para as eleições que se realizarem no período remanescente ao mandato para o qual o político foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura. Projeto com esse objetivo foi apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC), 1º vice-presidente da Casa, e está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

BNDES - Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou resposta do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, a discurso seu sobre suposto fornecimento de fundos de campanha pelo banco por meio de financiamento a obras no exterior. Mantega assinalou que “o banco não financia obras no exterior e sim exportações de bens e serviços nacionais”. O senador não aceita a explicação e responde que as obras geram empregos no exterior, em detrimento da geração de empregos no país.

TOCANTINS - No momento em que o Congresso investiga denúncias de caixa dois e contribuições ilegais em campanhas eleitorais, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lançou dúvidas sobre a regularidade do custeio da festa de filiação ao PMDB do governador do Tocantins, Marcelo Miranda. O parlamentar sustentou que o diretório regional do partido, cuja receita mensal giraria em torno de R\$ 15 mil, não teria condições de arcar com uma comemoração estimada por ele em mais de R\$ 1 milhão.

ORÇAMENTO Mesmo com atraso na votação da LDO por parlamentares, Planejamento já avisou que cumprirá prazo

MP do Bem deve chegar ao Senado esta semana

Se não houver surpresas na votação dos destaques ao projeto de lei de conversão à Medida Provisória 252/05 no Plenário da Câmara, a chamada MP do Bem pode começar a tramitar esta semana no Senado. O deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), relator da medida na Câmara, prevê a conclusão do exame dos destaques na terça-feira.

No entanto, isso dependerá de o governo se entender com seus aliados no meio da crise política que vem esgarçando os acordos firmados no Congresso. Na última terça-feira, os deputados aprovaram o texto básico do projeto de conversão. Mas, no dia seguinte, o governo amargou derrota em dois destaques, que impuseram perdas de receita estimadas pela sua liderança na Câmara em cerca de R\$ 2,3 bilhões anuais. A saída foi interromper as votações.

Com um placar de 330 votos a favor, 20 contra e apenas uma abstenção, os deputados decidiram reajustar a tabela de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples, sistema que substituiu seis tributos federais por um único, com alíquotas

de 3% a 8,6%, dependendo da capacidade de faturamento da empresa. Estima-se perda de arrecadação com a medida da ordem de R\$ 1,7 bilhão anuais.

O destaque do deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE) dobrou os limites atuais de até R\$ 120 mil e de até R\$ 1,2 milhão de receita bruta anual para classificar o que seja, respectivamente, micro e pequena empresa. As faixas máximas passaram para até R\$ 240 mil, no caso das microempresas, e até R\$ 2,4 milhões para as pequenas. Os limites para enquadramento não eram atualizados desde a implantação do Simples, em 1997.

Falta de costura explica derrota

Os entendimentos alinhavados no Planalto entre a área econômica e alguns parlamentares, de deixar o reajuste para a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, projeto relatado pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), não foram costurados com as lideranças partidárias na Câmara. Segundo o deputado Mattos, isso explica a derrota do governo.

O outro destaque aprovado permite que o recolhimento do PIS/Pasep e da Cofins sobre energia elétrica para os segmentos residencial, rural, público e de iluminação pública volte a ser cumulativo, com alíquota de 3,65%, inferior à cobrança não cumulativa, com alíquota de 9,2%. A medida, que poderá reduzir as tarifas para essas classes de consumidores entre 2,5% e 3%, em média, segundo entidades do setor elétrico, representará perda fiscal de R\$ 600 milhões anuais, pelos cálculos do governo.



Custódio Mattos, relator da MP do Bem na Câmara, prevê exame de destaques até terça

Câmara ampliou lista de beneficiários fiscais

Com acréscimo de 24 artigos ao texto original enviado pelo Executivo, totalizando quase cem artigos, o projeto de conversão à MP 252, batizada de MP do Bem, ampliou o rol de beneficiários de desonerações fiscais. Concebida principalmente para estimular investimentos de empresas exportadoras, a MP, editada em junho, foi modificada na Câmara, incluindo setores tão diversos como os de imóveis, laticínios, jóias e taxistas.

A proposta do governo, entre outros benefícios fiscais, suspende a contribuição para a Cofins e o PIS/Pasep incidente sobre máquinas e equipamentos importados ou adquiridos internamente para quem exportar 80% ou mais das suas vendas brutas de bens e serviços. Trata-se do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).

Isenção semelhante está

prevista para as firmas exportadoras de *software* e de serviços de tecnologia da informação, bem como na venda interna de computadores e acessórios. Entre as principais medidas aprovadas no relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), que acatou quase cem das 443 emendas apresentadas, está a redução do prazo para compensar créditos tributários decorrentes de investimentos, de 24 para 18 meses.

Ampliado, o projeto determina outras providências, como a autorização para que bancos criem fundos de investimento que possam funcionar como garantia na locação de imóveis. O texto deve sofrer mudanças no Senado, onde o mais cotado para ser o relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Na quinta-feira, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou que irá apresentar três emendas referentes ao setor elétrico.

Congresso inicia a análise do Orçamento



O Congresso se prepara para receber até quarta-feira o projeto da lei orçamentária de 2006, com as previsões de gastos e de receitas em 2006, ano de nova eleição presidencial. Mesmo com o atraso na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelos parlamentares na última quarta-feira, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já avisou que cumprirá o prazo constitucional.

Não se sabe ainda se a LDO será sancionada antes dessa data pelo presidente da República, que tem 15 dias para decidir que vetos fará à nova lei. Mas o relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá suprimir alguns dispositivos negociados no Congresso. Isso deverá abrir novas frentes de desgaste com a oposição, que poderá dar o troco na votação dos vetos presidenciais a 79 projetos prevista para esta quarta-feira, às 11h, em sessão do Congresso.

Poderão constar dos vetos à

LDO, como exemplificou Machado, o fim do bloqueio aos recursos das emendas individuais e o compromisso de prever no Orçamento verbas para viabilizar o alongamento de dívidas rurais, se houver a aprovação de leis com esse objetivo, como os dois projetos que tramitam na Câmara envolvendo o refinanciamento de R\$ 12,8 bilhões, segundo os cálculos das entidades do setor agropecuário.

O acordo com a bancada ruralista viabilizou a votação da LDO na Comissão Mista de Orçamento. Os parlamentares comprometeram-se a realizar a previsão orçamentária mesmo que o Executivo vete o dispositivo. O ministro Paulo Bernardo garante que o governo não foi consultado e que recomendará



Parlamentares participam da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006

o veto ao presidente Lula, por significar a inclusão de uma conta em aberto no Orçamento, sem quantificar quais os gastos necessários para subvencionar um novo alongamento das dívidas rurais.

Emendas parlamentares podem ser vetadas

No caso das emendas parlamentares, o Ministério do Planejamento alega que não há como fazer o contingenciamento preventivo de início de ano sem represar essas verbas, geralmente municipais. No entanto, o próprio ministro Paulo Bernardo, quando presidiu a Comissão Mista de Orçamento, elaborou documento em que recomendava, entre as propostas para melhorar o processo orçamentário, o fim do contingenciamento a essas emendas.

Outro veto previsto, segundo o relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), atingiria a proibição de contingenciar os recursos próprios das agências reguladoras, assegurada entre os destaques aprovados na comissão. Muitos parlamentares estão se mobilizando para evitar o veto à proibição. A reclamação das agências é que o bloqueio orçamentário dificulta a fiscalização nas concessionárias de serviços públicos. A Agência Nacional

de Energia Elétrica (Aneel), por exemplo, interrompeu fiscalizações por falta de recursos.

Entre as últimas mudanças, o reajuste linear do funcionalismo com base no crescimento do PIB *per capita* estimado este ano poderá ser o único item poupado do crivo presidencial, conforme o relator da LDO. O Planejamento calcula que isso pode representar entre 1,6% e 1,8% de aumento em 2006, bem superior ao 0,1% concedido este ano.

Lei prevê elevação nos investimentos

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no último ano do governo Lula está direcionada para sustentar um crescimento econômico de 4,5% em 2006. Prevê recuperação de investimentos federais, contendo em 17% do PIB dos gastos não financeiros (pessoal, benefícios previdenciários e sociais e custeio da máquina pública) e fixação do limite de 16% do PIB para a arrecadação estimada de impostos e contribuições recolhidos pela Receita Federal.

A aplicação desses limites não será tão rígida como propôs o governo em seu texto inicial. Mas nada que comprometa a austeridade fiscal do caixa do Tesouro. A meta de superávit primário (indicador do que o setor público deve economizar para pagar juros e amortizar sua dívida) permanece em 4,25% do PIB, embora na prática venha superando esse patamar. E o me-

canismo para ajuste dessa meta, batizado de "anticíclico", dificilmente será acionado em função das regras que precisará obedecer.

O compromisso de investir mais em 2006 foi sinalizado com a retirada de R\$ 3 bilhões do superávit fiscal para projetos de infraestrutura, medida negociada em 2004 durante o acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Tebet reivindica liberação de emendas ao Orçamento 2005

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez um apelo ao Poder Executivo pela liberação das emendas individuais e de bancada ao Orçamento da União de 2005. O peemedebista advertiu que o país não pode continuar vivendo um quadro de paralisia administrativa enquanto estiverem funcionando as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que investigam denúncias de corrupção contra o Partido dos Trabalhadores e o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Antonio Carlos Magalhães critica votação "sem quórum"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o fato de o Congresso Nacional ter votado a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 "sem o devido quórum". Para ele, o Parlamento vive um mau momento e necessita se fortalecer perante a opinião pública, por meio de iniciativas que lhe dêem mais credibilidade.

– Os créditos não poderiam ser votados nem por qualquer acordo de líderes sem a devida obediência ao Regimento. Não é uma boa prática – enfatizou.

ASSISTÊNCIA SOCIAL Novo modelo vai racionalizar atendimento à população carente nos três níveis de governo

Combate à pobreza terá sistema único



Classificado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como uma verdadeira revolução, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), planejado e executado pelos vários níveis de governo, em parceria com entidades da sociedade civil, deve organizar, pela primeira vez no país, serviços, programas e benefícios destinados a cerca de 60 milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias. A aprovação, no dia 14 de julho, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da Norma Operacional Básica do sistema foi o passo decisivo para a transição do antigo para o novo modelo.

Resultado de um debate que durou quase duas décadas e pode, enfim, dar sentido prático aos preceitos da Constituição de 1988 e da Lei 8.742/93, a chamada Lei Orgânica da Assistência Social, o Suas tem uma série de inovações que mudam

diretamente a gestão dos serviços e também o atendimento à população pobre. O principal problema e o mais recorrente que, espera-se, será eliminado com as novas medidas, é o atraso no repasse de verbas do governo federal para estados e municípios.

Segundo o ministério, além de reunir os programas de transferência de renda como o Bolsa-Escola e o Vale-Gás em um só, o Bolsa-Família, o governo federal deve concluir, até o final do ano, a integração do Bolsa-Família, por sua vez, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

(Peti). O ministério espera, com isso, obter os recursos necessários para atender a todas as crianças que ainda são exploradas no trabalho infantil.

– Ao consolidarmos o Sistema Único de Assistência Social, em ação republicana e suprapartidária com todos os governos estaduais e municipais, a assistência social sai definitivamente do campo do assistencialismo e do clientelismo para o espaço superior das políticas públicas e das ações normatizadas – avaliou o ministro Patrus Ananias. O orçamento do governo para os programas da assistência social em 2006 prevê um acréscimo de R\$ 3 bilhões em relação a 2005. Serão destinados R\$ 11 bilhões para os benefícios e R\$ 1,1 bilhão para os programas e serviços.

Outra preocupação é como a política nacional da assistência social e o Suas irão se comunicar com as demais políticas sociais – em especial a saúde, educação e geração de renda – e como irão incorporar as questões relacionadas a gênero e raça.

O que é a Lei Orgânica

A assistência social está garantida como direito do cidadão no tripé da Seguridade Social, segundo o artigo 203 da Constituição. Assim, é dever do Estado prover, a quem necessitar, benefícios e serviços para acesso à renda mínima e atendimento das necessidades básicas, mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Define como objetivos:

- proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice;
- amparo a crianças e adolescentes carentes;
- promoção da integração ao mercado de trabalho;
- habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária;
- garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Municípios serão a ponta do programa

Para determinar como será a distribuição dos recursos do fundo, o novo sistema adota a Taxa de Vulnerabilidade Social, que leva em conta as condições de moradia, renda familiar, idade e situação escolar de filhos, receita e porte do município. Assim, cada localidade é avaliada e recebe atendimento personalizado.

Os municípios são classificados pela capacidade de gestão (inicial, básica e plena) para executar e co-financiar a assistência. As prefeituras e estados que participaram da expansão dos programas financiados pela

União tinham um cronograma de obrigações a cumprir até o final deste mês. A 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, de 5 a 8 de dezembro, concluirá este processo.

Os municípios atendidos por programas federais são automaticamente habilitados na faixa inicial. Em todos os níveis de gestão, os municípios devem ter Conselho, Plano e Fundo Municipal de Assistência Social e contribuir para o fundo. Os que se habilitarem aos níveis seguintes devem dispor ou planejar sua rede de proteção social

básica por meio dos Centros de Referência da Assistência Social, as Casas das Famílias.

O Ministério do Desenvolvimento Social conta atualmente com 901 dessas casas e prevê mais 301 para este semestre. Cerca de 700 cidades já têm Casas das Famílias operando, mas, a partir do ano que vem, só as com níveis de gestão básica e plena terão recursos. As cidades que já possuem Casas das Famílias têm até 31 de dezembro para se habilitar nos níveis de gestão básica ou plena e continuar recebendo recursos em 2006.

O fim da corrida de obstáculos

COMO ERA
Antes do Suas, os repasses federais para os fundos municipais, estaduais e do DF só ocorriam depois de vencidos vários obstáculos burocráticos.

• Se um município quisesse desenvolver uma ação com idosos, por exemplo, deveria elaborar um projeto e protocolá-lo na secretaria estadual.

• De lá, o projeto seria enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

• A equipe técnica do ministério tinha que examinar e aprovar milhares de projetos todos os anos, para então iniciar o processo de repasse de verbas.

• Uma vez aprovado seu projeto, o município ficava obrigado a elaborar relatórios trimestrais aos estados, que por sua vez elaboravam

prestações de contas semestrais para o ministério.

• Só com o relatório semestral em mãos é que os recursos eram liberados. Qualquer contratempo resultava em atraso no repasse ou até mesmo em suspensão temporária do serviço oferecido à população.

COMO FICOU

• O Suas mudará tudo isso. No lugar dos papéis, administração via Internet. No lugar de burocracia, descentralização.

• Os municípios têm autonomia para

organizar sua rede de proteção social e são fiscalizados, principalmente, pelos respectivos conselhos de Assistência Social.

• O Relatório Anual de Gestão, já usado nas áreas de saúde e educação, simplifica e acelera o processo de prestação de contas.

• O ministério consegue efetuar repasses mensais automáticos e contínuos.

• O atendimento ao usuário não é comprometido porque a burocracia não será mais a razão para atrasos no repasse de verbas.



O Sistema Único de Assistência Social (Suas) reunirá todos os programas sociais do governo, como o da distribuição de leite

Projetos de lei mudam critérios para benefícios

No Senado e na Câmara tramita mais de uma centena de proposições relativas à assistência social. Muitas sugerem mudar os critérios para o pagamento de um salário mínimo a deficientes e idosos acima de 60 anos – o benefício de prestação continuada. É o caso do PLS 374/03, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que eleva de 25% para 37,5% do mínimo a renda *per capita* familiar máxima para que as pessoas façam jus ao benefício. A proposta tramita com outras dos senadores Paulo Paim (PT-RS), o PLS 80/03, e Pedro Simon (PMDB-RS), o PLS 272/03, ambos sobre o mesmo tema.

A alegação de Alvaro Dias é que o próprio governo já fixa este limite (37,5% do salário mínimo) para habilitação em programas sociais como o Bolsa-Família. Segundo ele, menos de 10% das famílias brasileiras, cuja maioria esmagadora é sabidamente pobre, estão aptas a receber o benefício mensal.

Ex-secretária nacional de

Assistência Social no governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi implantada a Lei Orgânica da Assistência Social, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) informa que 16% da renda total da população brasileira provêm das aposentadorias e pensões recebidas por 18 milhões de pessoas, das quais 60% recebem apenas um salário mínimo. A senadora lembra que famílias inteiras vivem dessas aposentadorias.



Lúcia Vânia informa que 16% da renda total da população provêm da aposentadoria

Por dentro da Casa da Família

- As Casas das Famílias são a porta de entrada para a assistência social em um município.
- Devem funcionar em local conhecido da comunidade, como um centro de saúde ou uma escola.
- Dentre outros profissionais, as Casas das Famílias contam com dois psicólogos e dois assistentes sociais.
- Eles recebem as pessoas que buscam atendimento e as encaminham para a rede local de proteção social, de acordo com sua necessidade.



AGENDA 21 Crianças participam de sessão e surpreendem ao abordar temas como prostituição infantil e pedofilia

Discurso maduro da infância brasileira



As crianças e os adolescentes que ocuparam o Plenário na terça-feira da semana passada para apresentar a Agenda 21 Infantil surpreenderam os senadores ao abordarem temas sensíveis, como prostituição infantil e pedofilia, e cobrarem “menos transmissões de CPIS pela televisão e mais trabalho para ajudar as crianças”.

A inibição que marcou o início da sessão especial aos poucos foi substituída por “apartes” contundentes dos estudantes vindos de vários pontos do país, representando escolas públicas e particulares. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que em 2001 promoveu pela primeira vez uma sessão plenária conduzida por crianças, disse que a agenda dos parlamentares, no futuro, não será mais marcada por CPIS. “Essas crianças não estarão envolvidas nessa onda, e irão tratar de questões como o primeiro emprego e a saúde”, afirmou o senador.

Entre os estudantes destacavam-se crianças indígenas que apresentaram o capítulo do Meio Ambiente da Agenda 21 Infantil. Filha de pai caingangue e mãe xerente, Siprede Sompré, de 10 anos, esteve na semana passada na ilha do Bananal, em Goiás, onde discutiu com outras crianças indígenas propostas de proteção ao meio ambiente. Siprede pediu a criação de associações nos bairros e nas escolas, nas quais as crianças possam discutir e propor soluções para garantir melhor qualidade de vida.

A menina falou sobre os problemas que afligem algumas tribos atingidas pelos desmatamentos e a redução de seu *habitat* tradicional. “Na verdade, o que mais me preocupa é a fome. Muitas tribos já sofrem com a falta de alimentos”, lamentou Siprede.

A elaboração do documento teve início em 2001, como resultado da Conferência Criança Brasil no Milênio. A Organização de Proteção Ambiental (OPA), em parceria com o Ibama, co-



Plenário recebe 300 crianças: violência é uma das principais preocupações da futura geração

ordena um fórum itinerante que mobiliza crianças e adolescentes em todo o país. A iniciativa de levar cerca de 300 crianças ao Senado partiu do senador Paulo Octávio (PFL-DF).

O parlamentar observou que os estudantes mostraram que a violência é a maior preocupação de todos eles.

A estudante Isadora, de Brasília, perguntada sobre o papel da

televisão na formação infantil, lamentou que certos programas puguem a violência. “Há muitas agressões, erotismo, e isso não faz bem à cabeça das crianças”, criticou a menina.

Nos apartes, a cobrança pela defesa do meio ambiente

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) falava sobre a importância da presença dos estudantes no Congresso Nacional, quando foi apertado.

– Senador, cuide das crianças, porque nós somos o futuro do Brasil e nós estaremos aqui amanhã – afirmou o estudante Jocival, da cidade do Paranoá (DF), que fez um apelo para que os parlamentares “proibam a destruição de florestas”.

Outro estudante, ao ser questionado pelo senador sobre a solução para os desmatamentos da Amazônia, respondeu que multar não é suficiente e que melhor seria obrigar a “plantar o dobro da área que desmatou”.

O senador Tião Viana (PT-AC) quis saber do estudante João Paulo qual seria o remédio para os males do mundo. Ele respondeu que a solução de tudo “começa com uma boa escola”.

O senador Paulo Paim (PT-RS) perguntou à estudante Paola, de Brasília, como ela via os diferentes tipos de discriminação.

– Acho que todas as pessoas são iguais aos olhos de Deus, independentemente de raça, cor e onde estuda – afirmou ela.

Perguntado pelo estudante Gustavo Nascimento, de Brasília, sobre qual seria a solução para a falta de água, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que a criação da Agência Na-



Paulo Octávio propôs a realização da sessão especial para discutir a Agenda 21

cional de Águas já foi um grande passo, e que agora o importante é “fiscalizar e acompanhar”. O senador informou que mandou publicar uma cartilha com sugestões sobre como preservar os mananciais.

Esperança e preocupação com o futuro das crianças

“Talvez o Brasil não seja mais sacudido por ondas de violência e corrupção, pois o futuro dessa pátria está representado por essas crianças.”

Ramez Tebet

“A erradicação do trabalho infantil e a garantia de vida digna e saudável para as crianças brasileiras só serão possíveis quando a miséria, a exclusão e a injustiça social forem realmente combatidas.”

Renan Calheiros

“Para vocês, academia; para nós, delegacia; para vocês, piscina; para nós, chacina... Para vocês... tá bom, felicidade; para nós, igualdade.”

Trecho do poema de um menino de rua lido por Tião Viana

“Há um abismo muito grande entre o que está na lei e a realidade vivida pelas crianças.”

Heloísa Helena

“Fica desmentido que o povo brasileiro não aprecia a política. O que o povo não aprecia são os maus políticos.”

Arthur Virgílio, elogiando a atuação das crianças



Principais pontos da Agenda 21 Infantil

- ★ Cultivo do respeito e da solidariedade
- ★ Combate a todo tipo de preconceito
- ★ Preservação do meio ambiente
- ★ Combate à violência contra a criança
- ★ Fim da prostituição infantil
- ★ Melhoria dos sistemas de saúde e de educação
- ★ Gestão responsável das águas
- ★ Combate à poluição
- ★ Inclusão social
- ★ Criação de associações infantis da Agenda 21

Frente apóia municípios na busca de soluções

Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio as Agendas 21 Locais, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). O principal objetivo da frente é impulsionar o cumprimento da Agenda 21, documento aprovado por 170 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Brasil em 1992 (Rio-92). Os países signatários se comprometeram a elaborar estratégias de desenvolvimento sustentável. O Brasil concluiu a discussão de uma agenda para o país em 2001.

Serys adiantou que a frente está ajudando os municípios a montarem suas agendas.

– Ao mesmo tempo, quando encontramos algum projeto inovador e sustentável, ajudamos a fazer a ponte com os órgãos de governo que podem financiar essas propostas – explicou a senadora.

Debates só terminam em cinco anos

A Agenda 21 Infantil, de acordo com o coordenador do trabalho, Divino Roberto Veríssimo, que também dirige a Organização de Proteção Ambiental (OPA), deverá estar concluída em cinco anos.

– Trata-se de um trabalho complexo mobilizar crianças em todo o país, com poucos recursos. Até agora, discutimos e chegamos a uma posição sobre a metade dos temas – explicou Divino.

As crianças são reunidas em assembleias anuais, realizadas em diferentes partes do país, para trabalharem sobre os capítulos da Agenda 21.

Durante os eventos, os adul-

Integrantes da frente já visitaram, por exemplo, o Parque Nacional da Serra da Capivara, considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, que tem sofrido constantes invasões.

A iniciativa da Agenda 21 Infantil, para a senadora, é fundamental na formação de crianças e jovens.



Serys considera a iniciativa da Agenda 21 fundamental na formação de jovens e crianças

tos não têm voz, e apenas podem falar quando solicitados pelas crianças, para esclarecer dúvidas.

– Nós apenas apresentamos o assunto, e eles mesmos desenvolvem – diz Veríssimo.

Com base nas diretrizes da Agenda 21, foi lançada, em 2003, a Agenda 21 das Mulheres da Floresta. Apoiadas pela bancada feminina no Congresso Nacional, as mulheres da Amazônia entregaram aos parlamentares o documento, que destaca a necessidade de inclusão da mulher no desenvolvimento sustentável da região e reforça a necessidade do combate à violência.

COMISSÕES

Abrindo caminho para o biodiesel

Ao abrir audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que o biodiesel, além de importante alternativa energética, também é fator de geração de emprego e renda e de fixação do homem no campo. Na opinião do senador, a partir de discussões sobre o tema, o Senado e a Câmara dos Deputados podem apresentar iniciativas em relação ao setor.

Segundo o presidente do conselho de administração da Brasil Ecodiesel, Jório Dauster, o país poderá se tornar líder na área de biodiesel, pois tem condições de produzir óleo de mamona e de palma com finalidade energética.

A Brasil Ecodiesel, informou Dauster, trabalha com um projeto de produção de mamona em que a visão empresarial é associada à inclusão social e ao respeito ao meio ambiente. A empresa adquire a terra e estabelece um programa de assentamentos, oferece todos os equipamentos, insumos, avais financeiros e coordenação técnica, além de garantir a compra da produção. É firmado um contrato de dez anos, em que, ao final, se cumprir a sua parte, o assentado receberá o título de

proprietário da terra.

– É uma reforma agrária com iniciativa de empresa privada. Cada família receberá uma casa com energia elétrica e água, com condições de uma vida melhor do que a que tinha. Cuidam do terreno e ganham sementes de mamona. Também recebem semente de feijão para consumo ou venda e uma renda mínima de R\$ 150 – disse Dauster.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que propôs a audiência juntamente com o senador Sibá Machado (PT-AC), salientou que o programa do biodiesel é “virtuoso” e não deve ser abandonado, mas deve haver cuidado para não gerar monocultura na Amazônia. De acordo com ela, outros programas falharam por não levar a diversidade amazônica em consideração.

O diretor da Agropalma Marcelo do Amaral Brito observou que, apesar de haver plantação de culturas que produzem óleo vegetal e a produção do biodiesel, não há compradores para o produto. Segundo informou, as multinacionais estão fazendo investimentos próprios de pesquisa no setor e a empresa brasileira BR só aceita



Flávio Arns (C) preside audiência pública sobre biodiesel: elogios ao projeto

comprar o biodiesel se ele tiver preço menor do que o diesel interior – que não é utilizado nas cidades devido à sua péssima qualidade.

A preocupação da assessora de formação e gestão da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Raimunda Oliveira Silva, é que a agricultura familiar, utilizada na produção de biodiesel, obtenha avanço na cadeia produtiva e que os produtores tenham a garantia de compra da safra.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o momento é “singular para a produção de biodiesel” no país, pois existe vontade política por parte do governo e

necessidade de alternativa aos combustíveis fósseis.

Painel com ministros dinamarqueses

Alimentos transgênicos, agricultura orgânica, produção de biocombustíveis e sistema cooperativo nacional foram temas abordados em exposição para uma comitiva de 19 parlamentares e dois ministros da Dinamarca, em reunião conjunta das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara.

Coordenada por Flexa Ribeiro, a reunião ofereceu aos visitantes um painel sobre oportunidades de cooperação e negócios entre os dois países na área agrícola.

Mais de 1.500 discutem fim do plantio do tabaco em SC

Mais de 1.500 produtores e trabalhadores participaram na sexta-feira, em Florianópolis (SC), de audiência promovida pela CRA sobre a ratificação, pelo Brasil, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

O acordo, articulado pela Organização das Nações Unidas (ONU), prevê, entre outras coisas, restrição à publicidade; combate ao contrabando; aplicação de políticas de preços; e implementação de programas de educação.

O relator do projeto de ratificação, Heráclito Fortes (PFL-PI), considera fundamental a realização de debates com produtores e trabalhadores do setor. Para Jorge Bornhausen (PFL-SC), o Senado acertou ao agendar audiências com os segmentos mais interessados. Já Ideli Salvatti (PT-SC) acredita ser importante definir de que forma se dará o controle do consumo do tabaco.

Para receber apoio financeiro e técnico e substituir a produção de tabaco, o país precisa ratificar a Convenção até 7 de novembro.

Maior déficit habitacional é no Nordeste

Em debate sobre a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais, realizado quarta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o governo e o Congresso terão que mudar a atual situação, em que 80% das operações imobiliárias são feitas nas regiões mais ricas. Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) também participaram das discussões.

A representante da Caixa Econômica Federal, Vera Lucia Martins Viana, afirmou que mais de

30% dos financiamentos para as faixas de renda mais baixa são destinados ao Nordeste. E informou ainda que a Caixa disporá de mais de R\$ 4,2 bilhões para empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação com recursos de poupança, a juros anuais de 12% mais TR.

Cerca de 90% do déficit habitacional de mais de 7 milhões de moradias atingem a faixa de renda abaixo de cinco salários mínimos, conforme o diretor-geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, Osvaldo Correa

Fonseca. Esse déficit, segundo ele, afeta principalmente o Nordeste, onde 96,5% da população ganham menos do que cinco salários mínimos, mas nos últimos quatro anos o financiamento habitacional cresceu numa média anual de 30%.

O diretor de Normas do Banco Central, Sérgio Darcy da Silva Alves, apontou que o mercado de crédito imobiliário passa por um período de expansão e previu que a oferta de recursos aumentará ainda mais com a securitização dos financiamentos para a compra de casa própria.

CPI da Emigração convoca dois prefeitos para depor

Os prefeitos mineiros de São Félix de Minas, Wanderley Vieira de Souza (PT), e de Divino das Laranjeiras, Edson Alves de Souza (PPS), conhecido como Edson Bodola, foram convocados para depor na CPI mista da Emigração Ilegal no dia 1º de setembro, às 11h. O requerimento para a convocação foi aprovado na semana passada e inclui também Milton de Jesus.

Acusados de envolvimento no tráfico de emigrantes para o exterior, eles foram convidados

a prestar esclarecimentos na audiência pública realizada pela CPI em Governador Valadares (MG), no dia 19 de agosto, mas não compareceram.

A CPI também aprovou requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) para a realização de audiência pública em Criciúma, Santa Catarina. O objetivo é ouvir autoridades e moradores da região sobre a situação da emigração de brasileiros para outros países, notadamente para os Estados Unidos.

Camata discute modelo de TV digital

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da Comissão de Educação (CE), ouviu do presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletrós), Paulo Saab, a posição da categoria sobre a implantação da televisão digital no país. Para o parlamentar, o mais importante neste momento é o governo não tomar uma decisão unilateral, pois devem ser levados em conta fatores políticos e técnicos.

Camata acredita que, seja qual for o modelo adotado – japonês, europeu ou americano –, é necessário levar em conta o poder aquisitivo do consumidor. O anúncio do modelo deve ser feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 8 de fevereiro.

– Ninguém me pergunta quando vai chegar a televisão digital, como se fazia há 30 anos, quando a população estava ansiosa



Camata se reúne com Paulo Saab, representante da indústria de eletroeletrônicos: decisão do governo não deve ser unilateral

pela substituição da TV preto-branco pela colorida. As pessoas pensam que a TV digital é só um aparelho com melhor definição, quando, na verdade, ela é uma grande revolução, pela interatividade que irá possibilitar, como, por exemplo, compras enquanto

se assiste a um programa, a escolha da programação e a gravação de programas – salientou.

Camata informou que haverá nova audiência pública sobre o tema, a ser marcada pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa.

Debate conclui que é essencial renovar incentivos ao cinema

A necessidade de prorrogação dos incentivos fiscais previstos na Lei do Audiovisual – que vencem ao final de 2006 – obteve consenso dos participantes de audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Os participantes alertaram para o risco de interrupção da produção nacional caso não sejam renovados os estímulos contidos no primeiro artigo da lei.

– Como 2006 será um ano eleitoral, precisamos unir forças junto ao governo pela renovação dos incentivos – sugeriu o presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), co-autor da proposta de realizar a audiência. Segundo o presidente da Asso-

ciação Paulista de Cineastas, Ícaro Martins, 90% dos recursos obtidos por produtores nacionais são provenientes de incentivos fiscais previstos nas leis Rouanet e do Audiovisual. Como as captações

são muitas vezes realizadas com antecedência de um a dois anos, alertou, muitos investidores começam a se sentir inseguros diante da possibilidade de mudança nas regras.

O presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, relatou que, ano passado, a Lei do Audiovisual permitiu investimentos de R\$ 39,1 milhões em produções brasileiras, dos quais R\$ 28 milhões provenientes de empresas privadas.

Lei permitiu investimento de R\$ 39 milhões em produções brasileiras

COMISSÕES

Agência de aviação tem parecer favorável

O projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) recebeu na quinta-feira parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta depende agora apenas de aprovação em Plenário para seguir à sanção presidencial. O PLC 62/04 foi classificado pelo presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), como um "grande passo" do governo.

Segundo o relator, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), foi feito acordo entre o governo e as lideranças partidárias para que o órgão seja mantido no Rio de Janeiro, onde hoje funciona o Departamento de Aviação Civil (DAC) – cujas funções serão repassadas à nova agência.

Pelo projeto, a nova agência terá independência administrativa e financeira, e ausência de subordinação hierárquica.

Sua diretoria – composta por quatro diretores e um diretor-presidente – será nomeada pelo presidente da República para mandato de cinco anos, após aprovação das indicações pelo Senado.

Heráclito reconheceu a contribuição da Força Aérea Brasileira para o crescimento da aviação civil no país, por meio da atuação do DAC. Mas disse que é "chegado o momento" de transferir a um órgão civil a regulação da aviação civil.

Aprovados três novos embaixadores

A CRE aprovou ainda parecer favorável às indicações presidenciais dos novos embaixadores brasileiros na Líbia, Luciano Ozório Rosa; na Arábia Saudita, Isnard Pena Brasil Júnior; e na Finlândia, Luiz Sérgio Gama Figueira.

Embalagens deverão informar peso de produtos

Os produtos oferecidos no mercado devem, pelo Código de Defesa do Consumidor, atender a várias exigências. Mas isso não inclui a obrigatoriedade de informar o peso das mercadorias. Pela lei atual, os consumidores têm direito a informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, quantidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, bem como sobre os riscos para a saúde e segurança.

O acréscimo da informação sobre o peso dos produtos é determinado em projeto (PLC 53/04) do deputado Celso Russomano (PP-SP), para o qual o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elabo-

rou parecer favorável aprovado na terça-feira pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O deputado lembra caso recente de "redução do peso do sabão em pó mantendo o mesmo tamanho, embalagem e preço". De fato, aponta Valdir Raupp, a informação sobre o peso dos produtos pode impedir que o consumidor caia no ardil da "maquiagem" de produtos, que "oculta a majoração de preços mediante a diminuição do peso, volume ou quantidade, sem redução de preço". A matéria modifica a Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e ainda será examinada pelo Plenário.

Projeto de Russomano visa impedir o ardil da "maquiagem" de mercadorias



Valdir Raupp afirma em relatório que a informação do peso dos produtos pode evitar prejuízo para os consumidores

Criada Frente de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Por iniciativa do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), foi criada na terça-feira, no Congresso, a Frente Parlamentar de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. A frente contou com a adesão de 34 parlamentares, sendo nove senadores e 25 deputados, todos com formação em Engenharia.

Entre as finalidades da frente, de acordo com estatuto preliminar apresentado, estão a promoção da integração entre o Congresso e as entidades e órgãos representativos do setor e o acompanhamento de assuntos de interesse da Engenharia no âmbito dos poderes públicos.



CCJ acolhe parecer de Demostenes Torres (D) sobre projeto que propõe mudança no Código Penal

Consórcios devem ser regulamentados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na quarta-feira, substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) ao projeto de lei do senador Aelton Freitas (PL-MG) que regulamenta o sistema de consórcios. O projeto disciplina a atividade, que funciona há 40 anos no Brasil, mas não tem legislação adequada, segundo o autor.

"As distorções geradas por interpretações inadequadas do negócio consorcial apontam a prevalência da tutela de interesses individuais, negligenciando-se a proteção dos interesses coletivos do grupo", argumenta Aelton na justificativa do projeto. Além disso, acrescenta, a falta de uma legislação específica impede a clara delimitação do alcance dos

direitos e obrigações do consorciado, do grupo e da administradora de consórcio, partes do negócio consorcial.

Bens de consumo para pagar a longo prazo

Em 2002, havia 368 administradoras de consórcios cadastradas no Banco Central, com patrimônio líquido superior a R\$ 1,5 bilhão e movimentação superior a R\$ 11 bilhões.

Aelton atribui a história de sucesso do sistema de consórcios nesses 40 anos de atividade ao fato de permitir a largos segmentos da população acesso a bens de consumo com prazos longos para o pagamento e sem os juros praticados nas linhas de crédito e financiamento.

"Esses aspectos permitiram ao

consórcio firmar-se no cenário econômico como importante segmento, dotado de vigor e de adaptabilidade às transformações na ordem social e econômica", destaca Aelton Freitas.

Para Demostenes, o projeto eleva a credibilidade do sistema perante a sociedade e assegura o direito dos consorciados.

"Um sistema de tal natureza é preferível à proteção implícita. Ele precisa fazer parte de uma rede de proteção bem concebida, auxiliada por uma fiscalização e regulamentação segura e confiável", comenta Demostenes Torres no parecer que apresentou à comissão.

A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Obter nacionalidade pode ficar mais fácil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira parecer à proposta de emenda à Constituição do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que acrescenta à Constituição duas hipóteses de nacionalidade brasileira originária. De acordo com relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO), a alínea "c" do inciso I do artigo 12 da Constituição passa a ter a seguinte redação: são brasileiros natos "os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, menores de idade, desde que registrados em repartição brasileira

competente".

O texto em vigor da alínea "c" determina que são brasileiros natos "os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira".

Hoje, filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior tornam-se apátridas quando nas-

cem em país que não confere nacionalidade originária pelo único fato de o nascimento ocorrer no seu território.

O inciso I passa também a contar com uma nova alínea, a "d", para garantir a nacionalidade aos "nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, maiores de idade, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira".

Objetivo é evitar que filhos de brasileiros tornem-se apátridas

Alterado artigo sobre prescrição de pena

O Código Penal poderá ser alterado para definir como causa capaz de interromper a prescrição de pena a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível. A medida foi aprovada, em decisão terminativa, na CCJ, na última quarta-feira.

A comissão acolheu parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto de lei do senador Magno Malta (PL-ES). A proposta visa reduzir a possibilidade de prescrição intercorrente pela estratégia de interposição dos recursos extraordinários e especial, "posto que a contagem do prazo prescricional será renovada a

partir da publicação do acórdão condenatório, qualquer que seja a pena fixada pelo tribunal".

Segundo Demostenes Torres, a proposta é importante porque corrige "situação jurídica que conduz à impunidade".

O projeto altera o inciso IV do artigo 117 do Código Penal para estabelecer que o curso da prescrição passa a ser interrompido "pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis" e não "pela sentença condenatória recorrível", como está em vigor.

– A proposição contribuirá para dirimir conflitos de interpretação,

consolidando a posição de que o acórdão confirmatório de sentença recorrível também interrompe o prazo da prescrição intercorrente – afirma Magno Malta ao justificar sua proposta.

A Comissão de Justiça também aprovou parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) favorável a projeto de lei (PLS 290/03) do senador Mão Santa (PMDB-PI) que cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPar), desmembrada da Universidade Federal do Piauí.

A matéria segue para a Comissão de Educação (CE), para decisão terminativa.

COMISSÕES

Telefones podem ter medição controlada

As operadoras de telefonia fixa e móvel poderão ser obrigadas a instalar aparelho para medição do consumo do serviço. É o que determina substitutivo a projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que será votado novamente nesta terça-feira, em turno suplementar, para decisão terminativa.

O projeto (PLS 39/02) do então senador Arlindo Porto altera a Lei 9.472/97 para permitir aos assinantes dos serviços o controle de chamadas locais e interurbanas. De acordo com o substitutivo do relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentará as normas técnicas e definirá as punições e penalidades às empresas. Por sugestão do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a gratuidade da instalação do equipamento também deve ser analisada pela Anatel.



Tourinho (D) elaborou substitutivo ao projeto: "Consumidor é refém das informações prestadas pelas empresas"

– O objetivo é proteger os usuários e assinantes dos serviços telefônicos de cobranças abusivas, fato facilitado por não existirem meios práticos para se controlar os gastos com ligações telefônicas, diferentemente do que ocorre com outros serviços públicos, como os de energia elétrica, água encanada

e gás canalizado – observou Tourinho.

Segundo o senador, por não existirem leituras diretamente nas unidades consumidoras, o que permitiria o controle por parte dos usuários, eles tornam-se "reféns das informações prestadas" pelas empresas telefônicas.

Audiência discutirá clonagem de celulares

A CI também acolheu requerimento do senador Rodolpho Tourinho para realização de audiência pública sobre clonagem na telefonia celular. O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas do Amaral, deverá participar da reunião para prestar esclarecimentos.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), disse que a comissão aprovou, em outra reunião, requerimento do senador César Borges (PFL-BA) para a realização de audiência pública sobre o cancelamento do empréstimo com o Banco Mundial para o metrô de Salvador (BA). Deve participar desse debate o novo ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida.

Foi aprovado ainda, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 193/04) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que inclui o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, em Quaraí (RS), na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional do Plano Nacional de Viação. Na opinião de Zambiasi, a inclusão desse trecho na relação beneficiará a área econômica, especialmente o turismo. O trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra (ES), na BR-101, também foi incluído no plano, por meio de projeto (PLS 319/04) do senador Magno Malta (PL-ES).

As duas propostas ainda dependem de análise em Plenário.

Doações para programas de proteção ambiental ganham incentivos fiscais

As doações a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, poderão receber incentivos fiscais, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. Pela proposta, os incentivos ocorrem por meio de dedução no Imposto de Renda Pessoa Físicas (IRPF) ou Jurídicas (IRPJ), respeitados os limites legais.

O então senador Waldeck Ornelas, autor do PLS 251/02, argumentou que o Estado possui capacidade limitada de responder às demandas sociais. Para ele, o

terceiro setor preenche as lacunas deixadas pelo poder público nas áreas de saúde, educação, entre outras. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que fortalecer as organizações não-governamentais (ONGs) contribuirá para superar os problemas ambientais do país.

A CAS aprovou também o PLS 121/02, do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), que acrescenta parágrafo ao Decreto-Lei 36/67 para determinar que proprietário ou concessionário de represas garanta condições para que produtores rurais situados à jusante – sentido em que correm os rios – exerçam a agricultura, a pesca e a aqüicultura ou os

compensem financeiramente por perdas em decorrência de construção de usinas hidrelétricas. Ao relatar o projeto, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que a proposta visa assegurar a essas comunidades compensação financeira semelhante aos que têm suas terras inundadas por reservatórios d'água.

A CAS aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto determinando que apenas farmácias podem aceitar encomendas de medicamentos manipulados. O PLS 101/03, da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), proíbe as farmácias que possuem filiais de centralizar a manipulação das receitas em apenas uma delas.

Seminário trata do estímulo à acessibilidade

Foi definida, pela Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência da CAS, a pauta do seminário "Acessibilidade em Debate". O evento, que será transmitido via videoconferência para todas as assembleias legislativas do país, faz parte da Semana de Valorização das Pes-

soas com Deficiência, de 17 a 28 de outubro de 2005, promovida pelo Senado.

Foram acolhidos requerimentos dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que presidiu a reunião, e Flávio Arns (PT-PR) que determinam a publicação de separata contendo resumo

dos projetos que tramitam no Senado em favor de pessoas deficientes, com a finalidade de dar agilidade à tramitação dessas matérias, e aprovando a realização de audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar do transporte escolar para crianças com deficiência.

Estados devem contribuir com educação básica

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto de lei da Câmara que torna estados e municípios igualmente responsáveis pelo ensino fundamental. O relator do PLC 87/04, senador Cristovam Buarque (PT-DF), argumentou que a aprovação do projeto é um passo para ampliar a responsabilidade pela educa-

ção das crianças brasileiras que, pela legislação atual, é de competência apenas dos municípios. Único a votar contra a matéria, o senador José

Segundo a legislação atual, atribuição cabe apenas aos municípios

Novas universidades

Também foi aprovada proposição da Presidência da República, relatada pelo

senador Jorge (PFL-PE) afirmou que, como relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, preferiu responsabilizar apenas um ente federativo, porque a divisão de responsabilidade dificulta a aplicação da lei.

– Nesses casos, quando há dois responsáveis, significa que não há nenhum – acredita José Jorge.

Na mesma reunião, a comis-

senador Flávio Arns (PT-PR), para transformar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Federal do Paraná. Da mesma forma, foi acolhido parecer favorável do senador Augusto Botelho (PDT-RR) à proposta do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia.

Projeto reduz prazo do Cade para julgar fusões

Projeto de lei a ser encaminhado em breve pelo governo ao Congresso determina drástica redução do tempo destinado ao pronunciamento dos órgãos de defesa econômica sobre fusões e aquisições de empresas em que estejam envolvidos riscos para a livre concorrência. A decisão será tomada antes que as operações se concretizem e deve demorar até 25 dias nos casos mais simples, chegando ao máximo de 180 dias nos processos mais complexos.

A informação foi prestada por Arthur Badin, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que aprovou sua indicação ao cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Vinculado ao

Ministério da Justiça, o órgão é responsável pelo julgamento dos chamados "atos de concentração" – quando uma empresa adquire outra e passa a deter parcela grande do mercado –, entre outros processos que envolvam possíveis infrações contra a ordem econômica.

Especialista em Defesa da Concorrência e Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, Badin admitiu aos senadores que o caso da compra da Garoto pela Nestlé foi um "exemplo deletério" de demora. Mais de dois anos após a aquisição, o Cade determinou a anulação da compra, levando a Nestlé a recorrer da decisão na Justiça.

O novo conselheiro teve sua indicação aprovada por 23 senadores, com dois contrários.

Perdoada dívida moçambicana

A CAE aprovou operação que autoriza o governo, como parte do reescalonamento da dívida global de US\$ 331,7 milhões de Moçambique com o Brasil, a conceder o perdão do pagamento de 95% desse valor.



Luiz Otávio

Indicada relatora ad hoc, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) enfatizou que Moçambique é um país extremamente pobre, com cerca de 70% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Na mesma reunião, foram aprovadas autorizações para que o BNDES tome um empréstimo de US\$ 60 milhões junto

ao Nordic Investment Bank e para operação de crédito da União junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 12,1 milhões.

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), deu conhecimento aos membros da comissão do recebimento de ofícios dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia confirmando que a prefeitura de São Paulo, entre outras, não realizou consulta prévia para ampliar cláusulas de contrato de investimentos em iluminação pública, no âmbito do Programa Reluz.

PLENÁRIO

Idade para aposentadoria subirá de 70 para 75 anos

Proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima para o exercício do serviço público e, portanto, da aposentadoria compulsória, na forma de lei complementar, foi aprovada pelo



José Jorge

Transitórias para executar os ministros do STF, dos tribunais superiores e do TCU da exigência de regulamentação por lei complementar. Ao completar 70 anos, esses ministros serão novamente sabatinados no Senado, conforme

exigência constitucional. O relator da proposta na CCJ, senador José Jorge (PFL-PE), frisou que a nova regra será estendida a todos os servidores públicos, que devem esperar lei complementar regulamentando a emenda. Na quinta-feira, o Plenário aprovou requerimento para agilizar a votação da PEC, que deverá ir a voto em segundo turno nesta quarta-feira.

observado a legislação anterior e os plebiscitos realizados tenham sido favoráveis. Com a aprovação da proposta, o Senado deu mais um passo para regularizar a situação de 53 municípios, que enfrentam dificuldades legais pela falta de regras de transição após a edição da Emenda 15.

Criação de municípios terá limite constitucional

Foi aprovado em primeiro turno substitutivo a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/04) estabelecendo que a Emenda Constitucional 15 – que limita a criação de novos municípios – não se aplica aos municípios criados até o final do ano 2000, desde que os processos de criação tenham

observado a legislação anterior e os plebiscitos realizados tenham sido favoráveis.

Márcio Buzanelli é escolhido para dirigir a Abin

Por 41 votos favoráveis, 13 contrários e uma abstenção, o Senado aprovou o nome de Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O cargo estava vago desde meados de julho, quando foi exonerado o ex-diretor geral Mauro Marcelo de Lima e Silva.

Aprovado voto de aplauso pelo Dia do Soldado

De acordo com voto de aplauso requerido pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), homenagem ao Dia do Soldado foi enviada ao comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, que em 25 de agosto celebrou solenidade em memória de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército.

Jovens trabalhadores terão mais formação

A Medida Provisória 251/05, que criou o Projeto Escola de Fábrica, foi aprovada pelo Plenário com modificações e voltará ao exame dos deputados, passando a obstruir as votações da Câmara, já que a MP foi editada pelo presidente da República há mais de 45 dias.

O Projeto Escola de Fábrica permitirá a formação de jovens de baixa renda matriculados na educação básica regular e que passem a frequentar cursos profissionais em escolas instaladas em galpões ou salas de fábricas. Eles terão direito a uma bolsa-auxílio de R\$ 150 por mês, a serem pagos pelo governo. Os cursos deverão ter aulas diárias de cinco horas, por no mínimo seis meses e no máximo 12, e os alunos devem ter entre 16 e 24 anos.

Além do incentivo do Projeto Escola de Fábrica, a MP 251/05 institucionaliza no Ministério da Educação o Programa de

Educação Tutorial (PET), antes Programa Especial de Treinamento. O PET estimula a iniciação científica dos jovens, treinados por tutores que têm de ser professores universitários com diplomas de doutorado (excepcionalmente, de mestrado). Tutores e alunos receberão bolsas.

A MP também instituiu a bolsa-permanência para os alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni), auxílio financeiro para estudantes de institui-

ções privadas de ensino superior. A mudança feita pelo Senado foi aceita pelo relator-revisor, Romeu Tuma (PFL-SP), e autoriza o governo a dividir uma bolsa, de R\$ 300, em duas ou quatro.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que há muito defende uma escola técnica profissionalizante



ROOSEWELT PINHEIRO

Romeu Tuma garantiu que o governo divida bolsa em duas ou quatro

em cada município.

– A Escola de Fábrica rapidamente vai chegar a mais de 5 mil vagas, permitindo que o aluno estude, trabalhe e receba uma ajuda pela atividade correspondente. Além de, com isso, se preparar para enfrentar a universidade – disse Paim.

Cartório pode ser obrigado a identificar corretor

O Plenário aprovou projeto de lei que obriga os cartórios de registro de compra e venda de imóveis a mencionarem na escritura o nome, a identificação e o valor de intermediação recebido pelo corretor de imóveis. O texto final do projeto passará por outra votação, quando será decidido se a proposta deve ou não voltar ao exame dos deputados, por causa de pequenas alterações feitas no Senado. Para o relator, José Maranhão (PMDB-PB), além de evitar que os compradores de imóveis sejam enganados por corretores desonestos, o projeto ajudará a inibir a sonegação fiscal dos ganhos de corretores.

Senado confirma braile nos rótulos dos remédios

Substitutivo a projeto de lei da Câmara (PLC 54/01) que obriga a inscrição em braile do nome e da data de validade nos rótulos dos medicamentos foi aprovado na quarta-feira. A proposta é do ex-deputado Fernando Zuppo e foi relatada por Flávio Arns (PT-PR) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O projeto estabelecia a inscrição em braile apenas para o rótulo, a que o relator acrescentou a data de validade. Com isso a matéria volta para a Câmara dos Deputados.

Mais garantias para os empregados domésticos

Projeto de lei da Câmara que proíbe ao empregador fazer descontos nos salários do empregado doméstico, salvo quando resultarem de adiantamento ou de dispositivo legal constante da CLT, foi aprovado pelo Plenário. O substitutivo à matéria (PLC 13/05) é do senador Tião Viana (PT-AC) e volta à Câmara.

Os empregadores burlam a lei trabalhista com a prática irregular denominada “salário *in natura*”, justifica o autor. Com isso, explica Tião Viana, o empregador desconta gastos com alimentação, moradia e higiene, quando este reside na casa do empregador.

Presidência



A embaixadora da África do Sul, Lindiwe Daphne Zulu, foi recebida em audiência na terça-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. No encontro, Renan explicou como será feita a campanha, que se inicia no dia 1º, para o referendo em que os brasileiros decidirão se o Brasil continuará ou não a comercializar armas de fogo.

VEREADORES - Uma representação do Senado, designada por Renan Calheiros, acompanhou o julgamento do STF que decidiu sobre o número de vereadores em diversas

cidades do Brasil. O plenário do Supremo manteve, por 10 votos a 1, a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu o número de vereadores em centenas de municípios do país.

Curta

PARCERIAS - “Não podemos continuar mais convivendo com os gargalos estruturais que sufocam e inibem o nosso desenvolvimento”, declarou o senador Tião Viana (PT-AC) no encerramento do seminário “Viabilização dos investimentos nos setores de transportes rodoviários e energia elétrica”, realizado no último dia 23 em Brasília. Representando no evento o presidente do Senado, Renan Calheiros, Tião Viana argumentou que a implantação do programa de parcerias público-privadas (PPPs) é o caminho para retomar os investimentos na área de infra-estrutura. O modelo estaria alcançando grande sucesso em países como Inglaterra e Portugal.

Senado presta homenagem a Getúlio Vargas

O Senado aprovou na quarta-feira requerimento em que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou voto de pesar pelos 51 anos de falecimento do presidente Getúlio Dornelles Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954. Pedro Simon foi o autor do pedido, no que foi acompanhado pelos outros dois senadores da bancada gaúcha, Paulo Paim (PT) e Sérgio Zambiasi (PTB).

Aprovado plano de carreiras do Dnit

O plano de carreiras, cargos e salários do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) foi aprovado pelo Senado na quarta-feira. Criado há três anos, o Dnit ainda funciona com estrutura reduzida e quadro de pessoal limitado. O relator foi o senador Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto, que vai à sanção presidencial, cria carreiras de infra-estrutura de transportes, analista administrativo, suporte à infra-estrutura de transportes e técnico administrativo. No total, o departamento contará com 2.400 novos cargos.

Motoristas de frotas poderão recorrer das multas de trânsito

Motoristas de frotas para transporte de passageiros ou de cargas poderão recorrer contra multas de trânsito, derivadas de leitura eletrônica de equipamentos, antes de proceder ao pagamento delas ou serem descontados em seus contracheques. Projeto de lei nesse sentido foi aprovado pelo Senado na semana passada. Como o texto original é da Câmara, ele voltará a ser examinado pelos deputados.

PLENÁRIO

Uma sessão especial para Érico Veríssimo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, presidiu, na última quarta-feira, sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento do escritor gaúcho Érico Veríssimo, autor de clássicos da literatura brasileira, como *O Tempo e o Vento* e *Incidente em Antares*. A sessão foi proposta pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), juntamente com os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS). Em seguida à sessão, Renan Calheiros abriu, no Salão Negro do Congresso, a exposição "Por Amor à Vida – Érico Veríssimo 100 Anos", que contou com a participação do Coral do Senado. A mostra estreou no dia 22 e ficará no Congresso até o dia 2 de setembro.

Érico Veríssimo foi dos mais destacados intelectuais brasileiros e realizou uma das mais notáveis obras da literatura nacional, por meio da qual retratou a formação do povo gaúcho. A avaliação foi feita por Pedro Simon, destacando que Érico Veríssimo gostava de ser reconhecido como um "modesto



Luís Fernando Veríssimo e o senador Pedro Simon cortam a fita da exposição sobre a obra de Érico Veríssimo no Salão Negro

contador de histórias".

Para o filho do escritor, o cronista Luís Fernando Veríssimo, a homenagem feita pelo Senado ao seu pai foi "especial e muito emocionante". Sérgio Zambiasi ressaltou que o escritor presenciou, a partir dos anos 30, as mudanças estruturais vividas pelo Brasil.

Gaúcha e enterrânea de Érico Veríssimo, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que o escritor, nascido em Cruz Alta, soube "fazer da vida uma

grande poesia". Segundo Paulo Paim, a obra do escritor gaúcho possui caráter universal.

Na opinião do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, a obra de Érico Veríssimo transcende o regionalismo e deve ser lembrada no atual contexto político.

Em discurso emocionado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que tomou gosto pela leitura no período da adolescência, após a leitura de *Olhai os Lirios do Campo*.

Virgílio e Suplicy divergem sobre empregos

A sessão do Senado na segunda-feira, dia 22, terminou em bate-boca entre os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O estopim do debate foram os dados sobre a geração de novos empregos. Segundo Suplicy, o governo Lula criou mais de 3 milhões de empregos, entre janeiro de 2003 e junho de 2005, e apresentou como fonte da informação o Cadastro Geral do Emprego e Desemprego.

Arthur Virgílio havia discursado pouco antes sobre o mesmo assunto e contestou os números que vêm sendo divulgados pelo presidente Lula em comícios e reafirmados pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na en-



Arthur Virgílio: renúncia a mandato se números sobre empregos forem verdadeiros

trevista coletiva que concedeu à imprensa no dia anterior. O líder do PSDB aconselhou Suplicy a "não embarcar nessa canoa furada" e afirmou que renunciaria

ao seu mandato se os números que apresentou não fossem verdadeiros. Virgílio ainda desafiou Suplicy a fazer o mesmo caso os números dele não fossem também verdadeiros.

Suplicy assinalou que a base de dados utilizada é a mesma do governo Fernando Henrique Cardoso. Afirmou, ao final, que "o senador Arthur Virgílio não precisará perder o seu mandato".

O líder do PSDB acusa Lula e Palocci de manipularem estatísticas sobre geração de emprego.

– Quem mente falseando números, mente falseando a ética também – atacou Arthur Virgílio, ao pedir que o ministro da Fazenda assumisse que se equivocou com os números.

Frente parlamentar discute macroeconomia

A Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, presidida pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), realizou, na quarta-feira, a primeira de oito audiências públicas para discutir alternativas à política macroeconômica atual. O objetivo é orientar iniciativas legislativas referentes a uma política de promoção

de pleno emprego para o país. Participaram da audiência os economistas Fábio Gaimbiagi, André Rebelo e José Carlos de Assis.

Crivella lamentou declaração do ministro das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, ocorrida durante a reunião, segundo a qual seu ministério liberará R\$

40 milhões para emendas de parlamentares ao Orçamento.

– Quarenta milhões para atender demanda de 513 deputados e 81 senadores, em 5.550 municípios, dará para cada parlamentar algo em torno de R\$ 5 mil. Os senadores levarão vaias ou chuva de ovos da população – reclamou Crivella.

Para Flexa Ribeiro, o governo não sabe fazer programas assistenciais

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o governo confunde programas assistenciais com os assistencialismo. Nos primeiros, os benefícios são temporários e requerem de quem recebe algo em troca, enquanto no assistencialismo há a distribuição de algum tipo de ajuda em dinheiro ou bens materiais.

– O presidente da República não tinha idéia de como deveria ser um programa social e tampouco seus assessores diretos. O resultado é que o governo se apóia em iniciativas demagógicas na área social, que criam uma relação de dependência nas camadas mais pobres – salientou o parlamentar.

Lei de Biossegurança deve ser regulamentada já, cobra Goellner

Gilberto Goellner (PFL-MT) cobrou pressa do governo federal na regulamentação da nova Lei de Biossegurança, aprovada no dia 2 de março último pelo Congresso Nacional. A lei regula a manipulação de organismos geneticamente modificados – considerados a base da biotecnologia moderna – e o uso de células-tronco

embrionárias.

Segundo o senador mato-grossense, cientistas e produtores rurais estão preocupados, pois, mesmo com a lei aprovada, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) está impedida, por decreto, de funcionar enquanto a nova legislação não for regulamentada pelo governo federal.

Capiberibe anuncia que Gil colocará orçamento da Cultura na Internet

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, determinou que todo o orçamento do ministério, incluindo gastos detalhados, seja colocado na Internet, para mostrar como vêm sendo utilizados os recursos orçamentários.

João Capiberibe é um defensor da adoção de mecanis-

mos que permitam às pessoas acompanhar os gastos da União, dos estados e dos municípios. O parlamentar do Amapá inclusive apresentou um projeto de lei visando estabelecer a obrigatoriedade da divulgação detalhada da utilização dos recursos, por vários meios, incluindo a Internet.

Heráclito manifesta preocupação com a estagnação do Executivo

A constante expectativa de possíveis fatos novos sobre corrupção no governo do PT levou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) a prever o agravamento do quadro de estagnação das atividades administrativas do Executivo. O senador teme também os desdobramentos dos trabalhos das comissões parla-

mentares de inquérito.

– Teremos novos transtornos, sem dúvida, uma vez que quem manda na CPI é sua excelência, o fato – assinalou o parlamentar pelo Piauí.

Heráclito Fortes elogiou a retomada dos trabalhos do Plenário pelos senadores na última semana.

Mercadante diz que 2004 foi o melhor ano para o crescimento do Brasil

As discrepâncias nos dados sobre empregos gerados nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula levaram o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), a propor um debate sobre o tema. Ele admitiu que o uso de metodologias distintas em estudos realizados pelo Ministério do Trabalho e pelo IBGE causou distorções

na análise dos resultados, mas apontou 2004 como o ano de maior crescimento econômico do país na última década.

O líder petista reconheceu que o desempenho do mercado de trabalho começou a melhorar com a liberação do câmbio, no início do segundo governo Fernando Henrique, com um salto no ano passado.

PASSAGENS DE ÔNIBUS - Alberto Silva (PMDB-PI) informou que cerca de 37 milhões de brasileiros, moradores de cidades, não têm condições de pagar passagens de ônibus, seja para ir ao trabalho ou mesmo para buscar tratamento médico. Os dados foram fornecidos por representantes de empresas de transporte coletivo urbano. O senador afirmou que esta realidade deve-se ao fato de as passagens de ônibus serem muito caras "devido à quantidade de taxas, impostos e custos adicionais, cobrados quer pelo governo federal, estadual ou municipal".

PASSAGENS AÉREAS - Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a disparidade entre os valores das passagens aéreas. Ele afirmou que a aviação civil representa um setor da economia "em que não parece existir uma lógica mínima de preços. Não dá para entender como, por exemplo, um voo de Brasília para Florianópolis possa custar seis vezes mais que um de Brasília para Porto Alegre, sendo que este último trecho tem uma distância maior. A explicação não pode estar na ocupação de assentos, porque os voos para a capital catarinense estão sempre cheios", rassaltou o senador.

COMPENSAÇÃO AO TOCANTINS - Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lamentou que o estado do Tocantins, embora contando com grande potencial de geração de energia, não receba compensações por isso. O senador disse que é preciso corrigir a inversão pela qual "rico não é o povo que tem elevada capacidade de produção, mas o povo que tem elevada capacidade de consumo". Quintanilha lembrou que só existe uma usina hidrelétrica no Tocantins, que abastece o estado com 20% de sua produção. O restante da energia é utilizada por outros estados.

PLENÁRIO

Ribamar Fiquene defende redivisão do Maranhão

O senador Ribamar Fiquene (PMDB-MA) defendeu a redivisão territorial do estado do Maranhão e de outras unidades da Federação, a partir de um projeto de desenvolvimento global equilibrado que associe a preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações regionais.

– Não advogo uma redivisão marcada pelo açodamento, mas baseada no real interesse da nação. A redivisão possui extraordinária capacidade de indução do crescimento, tanto pelos investimentos que desencadeia como pelo entusiasmo que suscita nos habitantes – argumentou.

O senador lembrou que a redi-



Para o senador, mudança favorece o desenvolvimento equilibrado das regiões

visão territorial favoreceu a população dos estados do Tocantins e de Mato Grosso do Sul, criados a partir do desmembramento de Goiás e Mato Grosso. Segundo ele, tramitam atualmente no Congresso 17 projetos de decreto legislativo que propõem a criação de novos territórios ou estados.

Supremo mantém redução do número de vereadores

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por dez votos a um, manteve a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu de 60.267 para 51.841 o número de vereadores no país. Portanto, foi declarado improcedente o pedido formulado pelo Partido Popular (PP) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.345.

Os ministros Eros Grau, Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim acompanharam o voto do relator da matéria, ministro Celso de Mello. O voto divergente foi proferido pelo ministro Marco Aurélio.

A senadora Íris de Araújo (PMDB-GO) defendeu os candidatos a vereador que não foram eleitos no ano passado devido à resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Viana anuncia ponte ligando Brasil e Peru

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente do Peru, Alejandro Toledo, participarão da inauguração, prevista para outubro, da primeira ponte ligando os dois países. A informação é do vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que se reuniu na quinta-feira com o embaixador do Brasil no Peru, o diplomata Luis Augusto de Araújo Castro. Essa ponte sobre o rio Acre, ligando a cidade brasileira de Assis Brasil com Iñapari, no Peru, faz parte do projeto da estrada interoceânica que ligará o Brasil ao oceano Pacífico. Além de facilitar as relações com os países andinos, a estrada diminuirá o custo do transporte da soja brasileira para a China e outros países asiáticos.

Teotonio: governo está totalmente paralisado

Em discurso no Plenário, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou que o governo está paralisado de norte a sul do país, por incompetência. Em Alagoas, disse, só há uma obra federal em execução: a ampliação do aeroporto, ainda assim porque a Infraero não depende de verbas do Orçamento.

– Tudo o mais está parado. Pararam as obras das adutoras do sertão e do agreste. Parou o programa de saneamento básico, que, no governo Fernando Henrique, estava beneficiando 99 municípios do estado – declarou.

Para o senador, a transposição do São Francisco, anunciada pelo governo Lula, não passa de um projeto eleitoreiro, com validade limitada até as próximas eleições. Ele considera que a discussão a



Segundo Teotonio Vilela Filho, as obras foram interrompidas e a transposição do rio São Francisco é um "projeto eleitoreiro"

respeito do superávit primário – que já alcançou patamar considerado por ele absurdo, de 4,5% do PIB – é inócua, pois a dívida do país aumenta e as taxas de juros sobem. Além disso, obser-

vou, o governo não tem usado os recursos de que dispõe.

– Há recordes sucessivos de arrecadação, só comparável ao apetite insaciável dos receptores do "mensalão" – opinou.

Paim propõe juro menor para aposentado

Sob o argumento de que é injustificável que os bancos cobrem dos aposentados e pensionistas taxas de juros superiores às cobradas do governo, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto fixando essa taxa em 5% acima da taxa básica

da economia (Selic), que indexa a maior parte da dívida pública interna. O senador alegou que o risco de inadimplência do aposentado e do governo é o mesmo, até porque é este último que garante tanto o pagamento dos juros da dívida pública quanto o

pagamento das aposentadorias.

– Se fosse bom tirar dinheiro em banco, não seria necessária tanta campanha, de forma tão ostensiva. Quero reduzir à metade o lucro que os banqueiros estão tendo, especialmente no empréstimo consignado – afirmou.

Paulo Octávio nega acordo sobre sede da Anac no Rio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) contestou declaração do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) – durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – de que teria sido celebrado acordo entre o governo e as lideranças partidárias para que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que está sendo criada, seja instalada no Rio de Janeiro. Segundo Paulo Octávio, “não existe tal acordo”. – Das oito agências criadas, apenas a Agência Nacional do Petróleo ficou equivocadamente no Rio, e não funciona a contento – observou.

Mozarildo: mais discussão sobre uso de florestas

O projeto que dispõe sobre o uso das florestas públicas para as atividades sustentáveis (PLC 62/05) ainda precisa ser melhor discutido, na opinião do relator da proposta, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para tanto, ele anunciou que vai tentar derrubar o regime de urgência constitucional aprovado para a tramitação da matéria, o que determina seu exame e votação no tempo máximo de 45 dias. – Se esperamos 505 anos para discutir seriamente a Amazônia, não pode ser em 45 dias que vamos dar um resultado – opinou.

Projetos

Prioridade para sessões plenárias no rádio

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto para evitar que a transmissão radiofônica das sessões plenárias em andamento no Senado e na Câmara seja suspensa para veiculação do programa *A Voz do Brasil*. A proposição (PLS 233/05) altera o Código Brasileiro de Telecomunicações. Com outro projeto (PLS 244/05), ele propõe definir responsabilidades e fixar prazos relativos ao Plano Nacional de Educação 2001-2011. A proposta fixa prazo de seis meses para que os planos estaduais e do Distrito Federal sejam concluídos e condiciona a assistência financeira da União à conclusão dos seus próprios planos, entre outras medidas.

Mudanças na Previdência Social

Foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) projeto que regulamenta incisos constitucionais após a reforma da Previdência e dispõe sobre o sistema de previdência dos trabalhadores de baixa renda; sobre os que não têm renda própria e se dedicam ao trabalho doméstico (donas-de-casa) e sobre a contribuição social das empresas (PLS 253/05). Paim

apresentou ainda propostas para reduzir a jornada de trabalho sem diminuir salários (PLS 254/05); estabelecer critérios próprios para a aposentadoria de servidores portadores de deficiência (PLS Complementar 250/05); e especificar doenças incapacitantes para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores inativos (PLS 251/05).

Limite para gastos com publicidade oficial

Projeto de lei complementar (PLS 248/05) apresentado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) acrescenta à Lei de Responsabilidade Fiscal artigo que limita os gastos com publicidade oficial. Essas despesas não poderão exceder, anualmente, os seguintes percentuais dos investimentos realizados pelo poder

público no exercício anterior: 0,1%, no caso da União; 0,3%, para os estados e o DF e 0,5% para os municípios. Segundo o senador, “há muito o caráter informativo e de educação social da publicidade oficial prescrito pela Constituição cedeu a vez à promoção pessoal, à propaganda abusiva e à manipulação da opinião pública”.

Intervenção de advogados em processo de CPI

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) quer dar poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de comissões parlamentares de inquérito (PLS 245/05).

Benefício ao catador de mariscos e caranguejos

Proposta do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) estabelece a concessão de seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparo de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca (PLS 238/05).

Proteção para denunciante de quadrilhas

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelece um programa especial de proteção que inclui, se necessário, medidas de assistência pessoal para aqueles que colaborarem com a Justiça no combate ao crime organizado (PLS 247/05).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 24 de junho e 6 de julho

PLENÁRIO

Paim recebe prêmio por apoio a deficiente

O senador Paulo Paim (PT-RS) comentou a homenagem recebida do governo do Rio Grande do Sul, que lhe concedeu, na quinta-feira, o Prêmio de Responsabilidade Social Faders (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades). Autor do projeto de lei que cria o Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, Paim dedicou o prêmio a todos os segmentos sociais que atuam em prol da causa.

– Esse prêmio é o reconhecimento da luta de parte da sociedade brasileira e da importância política desse estatuto – assina-

lou o parlamentar.

Depois de Paulo Paim ter agradecido a homenagem prestada por um político de outro partido, no caso o governador peemedebista Germano Rigotto, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) classificou a iniciativa de Rigotto como uma demonstração de “espírito cívico e público”. Tebet também destacou o empenho do senador petista na luta contra as injustiças sociais e na defesa da classe trabalhadora.

Paulo Paim aproveitou a oportunidade para destacar a sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula



Paim agradece a homenagem feita pelo governador Germano Rigotto

da Silva, de projeto de sua autoria que instituiu o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, a ser comemorado em 21 de setembro.

Azeredo destaca nova subcomissão

Ao registrar a passagem da Semana do Excepcional, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que existem no país 24 milhões de portadores de deficiência, destacando que o Brasil, entre os países da América Latina, é um dos que mais avançou na conquista de direitos para essas pessoas.

O senador relatou o início dos trabalhos da Subcomissão Per-



Eduardo Azeredo

manente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, que preside. Eduardo Azeredo informou que a subcomissão aprovou o seminário "Acessibilidade em Debate: Passaporte para a Cidadania", a ser realizado de 17 a 28 de outubro.

Por meio de videoconferência, o seminário contará com a participação de representantes de todas as assembleias legislativas.

– A acessibilidade do deficiente exige muita análise e criatividade dos responsáveis, principalmente em lugares mais distantes, onde nem sempre se dispõe das melhores tecnologias para a solução de acesso a pessoas portadoras de deficiência – disse.

Azeredo informou que a subcomissão também aprovou requerimento para elaborar uma publicação com as proposições em tramitação no Congresso Nacional relativas à questão, de modo a agilizar a discussão e aprovação de cada uma.

Novo benefício do SUS deve ser aprovado

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) comunicou ao Plenário que o deputado federal Wasny de Roure (PT-DF) dará parecer favorável ao projeto que dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e hospedagem, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio. Wasny é o relator da matéria, que tramita em caráter terminativo, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

– O sofrimento dessas pessoas extremamente humildes será minimizado – disse o parlamentar acreano.

Sarney defende Geap e vê interesses ocultos

José Sarney (PMDB-AP) afirmou que a Geap, fundação de seguridade social que atende os servidores públicos federais, “vem sofrendo uma campanha muito grande por parte dos fundos privados de saúde”. Sarney elogiou a atuação da Geap e informou que se trata de um fundo de previdência, sem fins lucrativos, que atende os “funcionários e trabalhadores mais pobres”, elogiando a atual diretora do órgão, Regina Parizi. A fundação, além de previdência privada, oferece serviços de saúde e assistência social. Para o senador, há “interesses financeiros vultosos nos bastidores dessa disputa pelo serviço de saúde dos servidores públicos”.

MEIO AMBIENTE - Edison Lobão (PFL-MA) sustentou que é possível conciliar a preservação ambiental com as demandas de desenvolvimento econômico e social. Como exemplo, citou a aprovação, pelo Ibama, do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, com capacidade para gerar 1.087 megawatts.

VIOLÊNCIA - Valdir Raupp (PMDB-RO) disse temer pela sua segurança e de outras pessoas, que, segundo ele, estariam sendo ameaçadas. As ameaças começaram depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitou as denúncias do Ministério Público contra o governador de Rondônia, Ivo Cassol.

Osmar Dias: Fundeb pode virar problema

O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR), afirmou que o Fundeb é “uma grande idéia que pode se tornar um grande problema, pois transfere recursos dos municípios para os estados ou a União”. Ele se referia à proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Segundo Osmar Dias, estudo da Associação Brasileira dos Municípios mostra que essa transferência pode alcançar R\$ 900 milhões por ano.

Eduardo apóia projeto Escola de Fábrica

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou seu voto favorável ao projeto de lei de conversão (PLV 21/05), que institui o projeto Escola de Fábrica para conceder bolsas a estudantes beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). O senador pon-

derou, no entanto, que o Estado deve investir mais em educação e condenou o corte de mais de R\$ 1 bilhão no orçamento do Ministério da Educação.

– É contraditório criar novos programas para a inclusão de estudantes e, simultaneamente, cortar gastos na educação.

Ana Júlia responde a carta da família de Dorothy Stang

Ana Júlia Carepa (PT-PA) leu em Plenário a carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela família da religiosa Dorothy Stang, assassinada no dia 24 de fevereiro deste ano. Conforme a carta, a família, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os cidadãos que respeitam a lei esperavam que houvesse a punição exemplar do crime,

conforme promessa feita pelo presidente logo após o crime.

A senadora, em resposta à família, citou diversas ações do governo voltadas para os pequenos agricultores, como o Plano Safra, que disponibilizará R\$ 1 bilhão aos produtores (dos quais metade no estado do Pará), e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que teria crescido 1.000%.

Divisão de terras em RR preocupa Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, interceda no processo de regularização fundiária em Roraima. O parlamentar culpa a União pela demora na transferência da titularidade das terras para o governo do estado, que estaria resistindo em recorrer à Justiça na tentativa de resolver o impasse de forma conciliatória.

Segundo informou Mozaril-

do, apenas 8% do território de Roraima não pertencem à União. Os 92% restantes estão distribuídos entre a Funai, o Ibama (reservas ecológicas) e o Inbra (reforma agrária). Diante do que chamou de descaso dos ministérios pelo assunto, o senador disse não crer em milagres ou concessões do governo federal para resolver o problema, mas decidiu dar um voto de confiança à ministra Dilma Rousseff.

Nezinho Alencar pede prorrogação da dívida agrícola

Nezinho Alencar (PSB-TO) fez um apelo ao governo pela prorrogação, com prazos justos, das dívidas dos produtores rurais. O senador ressaltou que a crise do setor agrícola, que já era grave em junho – quando ocorreu a manifestação dos produtores rurais em Brasília –, só piorou, já que o governo não atendeu a muitas das reivindicações do setor. Dentre os pontos não atendidos, Nezinho Alencar considera o mais urgente a questão da dívida agrária.

Pavan alerta para prejuízos do agronegócio

Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que a crise que atinge o agronegócio brasileiro deverá causar forte impacto negativo em toda geração de riqueza do país neste ano. Ele citou dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) segundo os quais a produção agrícola deverá registrar uma retração de R\$ 10 bilhões em relação a 2004, caindo de R\$ 160,6 bilhões para R\$ 150,6 bilhões, uma queda de 6,6%.

DESARMAMENTO

Renan discute banimento de armas com estudantes e igreja

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, acompanhado de Pedro Strozenberg (Viva Rio), Sandro Resende (Organização Brasileira da Juventude), Marcelo Gavião (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), Carmem Barreira (União dos Escoteiros do Brasil) e outros representantes de entidades, que vieram lhe trazer uma moção em favor do desarmamento.

Renan também recebeu em audiência o nuncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri. O senador convidou o embaixador do Vaticano para conversar sobre o referendo que decidirá se continuará existindo ou não o comércio de armas de fogo no país. O nuncio afirmou aos jornalistas que, por tratar-se de um tema delicado, o presidente do Senado gostaria de saber a posição da Santa Sé.

– Como representante do Papa, eu disse que a Igreja tem a sua doutrina fundamentada, em primeiro lugar, na legítima defesa e que em qualquer nível o indivíduo e a coletividade têm que se defender. Agora, os meios para se defender, efetivamente, as armas de fogo, não facilitam uma legítima defesa, porque uma arma de fogo pode incrementar ainda mais a criminalidade ou casos de violência. As armas têm que ser proibidas. Creio que isso é unânime – disse o nuncio.

Por sua vez, o deputado federal Alberto Fraga (PFL-DF), presidente da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, afirmou que já existem pesquisas segundo as quais os cidadãos, após serem corretamente informados sobre o referendo, tendem a se posicionar favoravelmente à comercialização de armas e munições.

– Trata-se da supressão de um direito do cidadão – advertiu.

Voz do Leitor

ESTATUTO DO IDOSO

“O Estatuto do Idoso foi um verdadeiro presente aos idosos, embora muitas pessoas e empresas não respeitem os direitos nele previstos. Cito a gratuidade no transporte coletivo, que não é respeitada como deveria. Muitos motoristas de ônibus não param para o idoso, pois sabem que ele não paga passagem.”

Luciano Pereira de Andrade, de Campina Grande (PB)

HOSPITAIS DO INTERIOR

“Senadora Patrícia Saboya, solicito sua intervenção por melhorias nos hospitais do interior do Ceará. Assim, os moradores do interior não precisariam ir até a capital para serem atendidos.”

Alfredo Rodrigues de Alencar, de Sobral (CE)

ACESSO AO PIS

“Senador Antônio Carlos Valadares, solicito que Vossa Excelência intervenha junto à Caixa Econômica Federal e ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) para reverter o calendário de pagamento do abono salarial e dos rendimentos do PIS no exercício 2005/2006. Antes, bastava ter o cartão-cidadão para sacar o dinheiro, não havendo determinação de data. Pelas novas regras, a data para retirar o abono depende do mês de nascimento do trabalhador, o que prejudica muita gente.”

Waldemir dos Santos, de Aracaju (SE)

CRISE POLÍTICA

“Venho manifestar minha profunda indignação diante da mais grave crise política e moral que já se viu. Esperava

do presidente da República ao menos um sinal de respeito.

Ele deveria ter vindo a público não apenas para um pronunciamento, mas para se desculpar, explicar-se e, sobretudo, comprometer-se a saciar o desejo da nação por esclarecimentos. O presidente, seus ministros e assessores afirmam contundentemente que tudo ignoravam e que jamais suspeitaram do esquema milionário de distribuição de verbas denominado “mensalão”. Respeito os cidadãos de boa-fé que querem acreditar nisso, mas, para mim, a simples confissão de ignorância basta para demonstrar que o governo – seja por corrupção, seja por incapacidade, descaso ou omissão – é o maior responsável pelos descalabros.”

Miriam Ferreira Migueis Assunção, de Valinhos (SP)

PROFISSIONALIZAÇÃO

“Sugiro ao senador José Sarney que apresente projeto de lei visando destinação de verbas da União para investimentos em educação a favor dos estudantes de cursos técnicos e profissionalizantes.”

Marcelo Menezes, de Muriaé (MG)

VICE-PRESIDENTE

“Senador Delcídio Amaral, peço que o senhor pergunte ao vice-presidente José Alencar qual é a posição dele quanto às denúncias de corrupção no país. Até o momento, ele não se pronunciou satisfatoriamente. Pedimos que ele fale à nação o que pensa sobre este momento delicado que vivemos.”

Roberto Carlos dos Santos, de Tacuru (MS)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

PENA DE MORTE

André da Cunha Ferreira, de Riachão (PB)

“Senador Arthur Virgílio, cada vez mais os crimes hediondos estão presentes no cotidiano brasileiro. A pena de morte não seria a solução para atenuar esses crimes?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:

Prezado André, é compreensível que a indignação suscitada por crimes hediondos e revoltantes por seu requinte de perversidade leve as pessoas a quererem que o criminoso seja condenado a pagar com a morte. Mas não considero que essa seja uma atitude racional, nem a mais civilizada. As nações mais adiantadas, com raras exceções, baniram a pena de morte por entender que não cabe ao Estado tirar a vida de um indivíduo, por piores que sejam suas atitudes. A pena de morte também parece não reduzir a violência, e – o mais grave – pode levar a injustiças irreparáveis, pois não se pode devolver uma vida se depois for constatado que houve um equívoco da Justiça. Ao Estado cabe, quando possível, reeducar o criminoso para reintegrá-lo ao convívio social, ou isolá-lo, para que não cometa outros crimes. Pode-se alegar que nosso sistema carcerário não reeduca e, ao contrário, é “escola do crime”; e que muitos criminosos de alta periculosidade conseguem logo voltar às ruas graças à redução de suas penas, ou escapulindo do frágil – e por vezes corrupto – sistema penitenciário. No entanto, compete a todos os cidadãos, e principalmente a nós, políticos, lutarmos para modificar essa situação. De qualquer modo, lembro que a proibição da pena de morte faz parte das chamadas “cláusulas pétreas” da Constituição, não podendo ser objeto de emenda.



FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A INFÂNCIA

Webson Berto dos Santos, de Lagoa de Itaenga (PE)

“Senadora Patrícia Saboya, o que o Senado pode fazer em relação a municípios que não aplicam recursos obrigatórios em políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente?”

A senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) responde:

Prezado Webson, é importante lembrar que cada esfera governamental tem suas próprias atribuições e responsabilidades. Não é, portanto, adequado que uma esfera (no caso do Senado, a federal) intervenha diretamente nos assuntos relativos a outra (no caso, a municipal). No entanto, a Constituição assegura alguns caminhos para que os cidadãos possam exigir de seus governantes a aplicação correta dos recursos públicos em cada instância. Na área da infância e juventude, por exemplo, os conselhos municipais de políticas públicas e os conselhos tutelares são instrumentos de peso na luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, e podem ser acionados por qualquer cidadão. Sugiro que sua comunidade se organize para apresentar reclamações e reivindicações a essas instâncias. Outro canal é a câmara de vereadores, que tem a missão de elaborar leis, mas também a de fiscalizar os atos do Executivo local. Por fim, o Ministério Público também pode ajudar a população a garantir a perfeita aplicação dos recursos públicos. Para que seja possível construirmos um país melhor e mais justo, é fundamental o envolvimento de todos nós: Parlamento, governo e sociedade.



Frases

“Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay” (não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem)

Delcídio Amaral, citando o ditado espanhol para responder à pergunta de um jornalista sobre a possibilidade de ter havido sabotagem na remessa de informações à CPI dos Correios.

“Querem demolir o PT. Vai haver luta. Vai haver revide”

Sibá Machado, depois de condenar a oposição, que, segundo ele, não estaria apenas criticando ou investigando os petistas que cometeram erros na direção partidária.

“Os senadores levarão vaías da população”

Marcelo Crivella, criticando os R\$ 40 milhões liberados pelo Ministério das Cidades para emendas ao Orçamento.

“Teremos novos transtornos, sem dúvida, uma vez que quem manda na CPI é sua excelência o fato”

Heráclito Fortes, ao prever que a semana seria turbulenta no Congresso em função da expectativa de possíveis fatos novos sobre corrupção.

“Quem mente falseando números mente falseando a ética também”

Arthur Virgílio, que acusou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de ter mentido ao afirmar que o governo Lula gera mais empregos do que o governo Fernando Henrique Cardoso.

“Que os membros da CPI se desloquem para a análise dos documentos e não para o espetáculo dos depoimentos”

Maurício Rands, deputado, reclamando do excesso de falas durante sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

“Críticas contra a política econômica só fazem enfraquecer a estabilidade”

Cristovam Buarque, discordando do presidente interino do Partido dos Trabalhadores, o ex-ministro da Educação Tarso Genro, que atacou a política econômica do governo.

Foto da Semana

Rogério Tadeu Buratti compareceu à CPI dos Bingos na última quinta-feira e confirmou seu depoimento ao Ministério Público em Ribeirão Preto, no qual ele revelou que a empresa Leão & Leão pagava R\$ 50 mil de propina por mês à prefeitura de Ribeirão Preto na gestão do ministro Antonio Palocci. Buratti foi executivo da empresa naquele período e tinha conhecimento do esquema. O dinheiro iria para o diretório nacional do PT



WILSON DIAS/ABR

Combate à lavagem de dinheiro

A lavagem de dinheiro é o tema do debate do *Conexão Senado* nesta segunda-feira, às 12h, na Rádio Senado. A Presidência da República logo enviará ao Congresso projeto de lei para coibir a lavagem de dinheiro, fruto dos trabalhos da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla). A proposta aumenta o rol de crimes antecedentes, aqueles que originam o "dinheiro sujo", para incluir, entre outros, a sonegação fiscal e roubo de cargas. Já tramitam no Congresso outros textos que atualizam a legislação de combate à lavagem de dinheiro e aos crimes contra o sistema financeiro, com destaque para o fortalecimento do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) e melhor articulação entre as diversas entidades fiscalizadoras

do governo.

No final de semana, o destaque da Rádio Senado é o *Prosa e Verso*, que vai ao ar no sábado às 9h e apresenta a obra *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. A obra fala do amor de Dirceu e Maria Dorotheia, a Marília. No mesmo dia, às 16h, a atração é o *Música do Brasil*, que

homenageia os aniversariantes de setembro, entre eles, Ari Barroso, Leci Brandão, Jair Rodrigues e Gonzaguinha.

Outro destaque literário da rá-



Jair Rodrigues está entre os aniversariantes homenageados no *Música do Brasil*

dio é *Autores e Livros*, no domingo, às 9h. O convidado é o poeta, romancista e ensaísta Ledo Ivo. Traduzido para o inglês, o dinamarquês e o espanhol, Ledo Ivo

é membro da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito com unanimidade de votos.

TV exhibe nova geração da música brasileira

O destaque da TV Senado para o final de semana é o *Espaço Cultural*, que transmite especial sobre o projeto Identidade Brasileira, que reuniu expoentes da nova geração de músicos brasileiros em *shows* que deram um panorama da moderna MPB. No programa, os melhores momentos das apresentações, com o guitarrista, cantor e compositor Davi Moraes; o cantor e compositor Lucas Santana; o guitarrista, compositor, produtor e cantor Max de Castro; a cantora Patrícia Marx; e a diva do *soul* e da *black music* Paula Lima. A atração vai ao ar no sábado, às 21h30, com reprise no domingo, às 14h30.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

RESENHA

A missão de "espionagem" do jovem jornalista

ALEXANDRE GUIMARÃES

Hipólito José da Costa, o jornalista, talvez seja mais conhecido como o fundador do jornal *Correio Braziliense*, crítico ao governo português e editado em seu exílio na Inglaterra. A leitura de *Diário da Minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*, volume 33 das Edições do Senado Federal, faz-nos conhecer mais: um jovem intelectual com ideais além de sua época.

Recém-formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Hipólito da Costa foi incumbido por dom Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, então ministro da Fazenda português, de conhecer e fazer conhecida à corte a jovem nação norte-americana.

A missão "de espionagem" nos Estados Unidos tinha por objeto levantar os recursos naturais e apreciar os conhecimentos científicos que a jovem nação mobilizava na sua surpreendente marcha para o progresso.

O futuro jornalista teve oportunidade, então, de conhecer figuras importantes como Thomas Jefferson e o presidente John Adams, que o surpreenderam pela informalidade e falta de protocolo, algo muito distante da realidade luso-brasileira, sob uma monarquia absoluta de rigoroso cerimonial.

A obra não se atém a simples observações do meio ambiente



e da agricultura, mas é rica nas considerações sobre o protestantismo americano. É profunda também nas questões econômicas e monetárias.

Hipólito admirou o que, mais de século depois, viria a ser teorizado pelo sociólogo alemão Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*: a preferência dos norte-americanos pelo comércio e o seu gosto acentuado pela especulação.

O autor é merecidamente patrono da imprensa e dos estudiosos da realidade brasileira, assim como da cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras. O *Diário* antecipa o espírito de análise que demonstraria mais tarde na sua obra-prima em 29 volumes, o *Armazém Literário*, ou melhor, o *Correio Braziliense*, o primeiro jornal brasileiro.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Diário da Minha Viagem para Filadélfia, volume 33 das Edições do Senado Federal*, é editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

TV Senado bate recorde de audiência com CPIs

O aumento da audiência da TV Senado em tempos de crise política foi confirmado por pesquisa do Instituto Qualibest. Pelo levantamento, realizado com 975 pessoas entre 16 e 26 de julho, o número das que preferem assistir à TV Senado (16%) superou o de programas jornalísticos tradicionais, como o *Bom-Dia Brasil*, da Rede Globo (15%), e o *Jornal da Noite*, da Band (11%), e o do canal por assinatura GloboNews (13%).

Mais que isso, a pesquisa demonstrou que 87% dos entrevistados que assistem à TV Senado têm interesse ou muito interesse pela transmissão do trabalho das CPIs, demonstrando grande envolvimento da audiência com as investigações. A pesquisa confirma que a população vem dedicando tempo ao acompanhamento das denúncias de corrupção que estão sendo apu-

radas: 30% dos entrevistados afirmaram que não abrem mão de acompanhar a transmissão ao vivo das sessões das CPIs.

A pesquisa do Qualibest corrobora dados do Ibope que já tinham avaliado que a TV Senado superou a audiência da

GloboNews durante a transmissão de depoimentos como o do deputado Roberto Jefferson ou de Renilda Santiago, esposa do empresário Marcos Valério.

Os jornalistas que cobrem a atual crise política também preferem acompanhar as investigações parlamentares pelas TVs Senado e Câmara. Essa é



A transmissão da TV Senado é acompanhada em todo o país durante os depoimentos nas CPIs

a conclusão de outra pesquisa, realizada pela revista *Imprensa/MaxPress/Aberje*, que será divulgada na edição de setembro da revista *Imprensa*. Segundo o levantamento, 76% dos jornalistas brasileiros acompanham os depoimentos e notícias nos canais do Legislativo em vez dos outros canais.

Etno-ópera será apresentada no Senado nesta quinta-feira

Uma versão compactada do espetáculo *Ponte entre Povos* será apresentada no Salão Negro do Senado nesta quinta-feira. Trata-se de uma etno-ópera, com a participação de indígenas, integrantes da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo e estudantes da escola Walkíria Lima, de Macapá (AP), e que será exibida de forma integral na quarta-feira, no Teatro Nacional, em Brasília, às 20h.

A exibição do espetáculo no Senado foi solicitada pelo senador João Capiberibe e pela deputada federal Janete Capiberibe, ambos do PSB do Amapá. Segundo o senador, a obra *Ponte entre Povos* é uma amostra da diversidade e da convivência entre as diferentes etnias do país.

ILB firma convênio com TCE de Santa Catarina

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), firmou protocolo de intenções com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de promover intercâmbio cultural, cooperação técnico-científica e desenvolvimento institucional entre os dois órgãos. A parceria não implica ônus para nenhuma das instituições.

Estavam presentes na solenidade o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), o diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, e o presidente do tribunal catarinense, conselheiro Luiz Suzin Marini.

Conheça o Senado

Instituição é a primeira do mundo a ter uma universidade própria



Aula inaugural da Universidade do Legislativo, com a presença do então presidente do Senado, Ramez Tebet, em outubro de 2002

O Senado brasileiro foi o primeiro no mundo a criar uma universidade própria. Instituída em 2001, a Unilegis atende ao Legislativo federal, à Câmara Distrital e aos órgãos conveniados, e prepara-se para oferecer cursos a todas as assembleias legislativas e parte das câmaras de vereadores do país.

A aula inaugural foi realizada em outubro de 2002, com a primeira turma de especialização em Direito Legislativo. Em novembro, mais duas turmas se formarão: a terceira de Direito e a primeira de Administração Legislativa.

Os cursos são lançados com 360 a 400 horas/aula. Ainda este ano deverá ser aberta a segunda turma de Administração Legislativa e para o primeiro semestre de 2006 a Unilegis trabalha o lançamento do curso de especialização em Comunicação Pública.

Para o próximo ano também são estudados cursos de extensão e de especialização à distância. Esses últimos têm como público-alvo os servidores do Legislativo estadual e municipal.

Segundo a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Alves Nina, algumas matérias passarão a ser obrigatórias em todos os cursos, por abrangerem tópicos de interesse de todos os alunos, como Ética, História do Parlamento, Fundamentos do Processo Legislativo e Fundamentos de Ciências Políticas.

Atualmente os cursos são oferecidos em conjunto com instituições certificadoras, como a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, já que a Unilegis busca a regulamentação no Ministério da Educação. O presidente do Senado, Renan Calheiros, é o reitor da instituição.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suelly Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cartões de crédito: faltam regras claras

Até o final de junho deste ano, foram emitidos cerca de 55,4 milhões de cartões de crédito no Brasil. As transações feitas por meio do "dinheiro de plástico" foram de R\$ 58,3 bilhões somente no primeiro semestre, segundo estimativa da Associação das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Levantamento da Credicard indica que o Brasil já é o oitavo emissor de cartões de crédito do mundo e o maior da América Latina. Mas, apesar do enorme mercado, o setor de cartões de crédito não dispõe de regras para fiscalização bem definidas.

Ainda que boa parte das administradoras de cartões seja ligada a bancos, elas próprias não são consideradas como instituições fi-



nanceiras e, portanto, não são fiscalizadas ou reguladas pelo Banco Central. O cartão de crédito tem como fonte normativa principal as cláusulas do contrato da administradora com o cliente.

Segundo a Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito (Anucc), a legislação que melhor regulamentou o uso do cartão foi o Código de Defesa do Consumidor, ao estabelecer e disciplinar um regime especial para os contratos de consumo.

Mas a falta de uma regulamentação específica para o setor obriga o consumidor que se sinta lesado a entrar com ações no Judiciário, na maioria das vezes com o apoio de órgãos de defesa do consumidor.

Dicas para usar bem o cartão

► **Contrato** – Tenha o cartão mais adequado ao seu perfil. Ao assinar a proposta de adesão junto à administradora, o consumidor deverá ler atentamente



todas as cláusulas, riscando espaços em branco. Nela devem constar a data de vencimento e a anuidade.

► **Programa-se** – Registre bem cada despesa (só jogue os comprovantes de compra fora depois da quitação da dívida, ou anote os valores em uma caderneta) e vá reservando dinheiro para quando a fatura chegar.

► **Extrato das faturas** – Confira as despesas lançadas na fatura, checando-as com os comprovantes da compra.

► **Evite pagamento mínimo** – As faturas trazem dois campos: um com o valor do pagamento mínimo e outro com o valor total das compras no mês. Evite o pagamento mínimo, pois incidem juros de 12% a 14% ao mês sobre o saldo devedor.

► **Bloqueio** – A administradora só poderá bloquear o cartão quando o cliente ultrapassar o limite de crédito.

► **Compra parcelada** – Muitos

estabelecimentos dividem a compra pelo cartão sem juros. Pode ser vantajoso, mas veja se no preço há muita disparidade com o do concorrente que vende à vista.

► **Ganhe com a pontuação** – Cartões de afinidade premiam usuários que mais utilizam seus serviços. O certo é deixar o número de pontos crescer naturalmente, sem tentar alcançar metas, o que pode fazer você gastar mais.

► **Taxas** – Se você não puder pagar a fatura do mês, convém avaliar os juros e os prazos oferecidos em outras transações (como cheque especial ou empréstimo pessoal) para cobrir esse débito, pois os juros dos cartões de crédito costumam ser mais altos.



► **Parcelamento da dívida** – A administradora do cartão não é obrigada a parcelar o débito, nos casos em que o consumidor tenha dificuldades de pagamento. Qualquer negociação da dívida implicará novo ajuste entre as partes. Valem os juros acordados no contrato.

► **Crédito automático** – Algumas administradoras oferecem a possibilidade de saque

com juros menores do que os cobrados nos parcelamentos das faturas.

► **Crédito rotativo** – Os juros somente devem incidir sobre o saldo verificado entre o valor da fatura e o valor pago. Fique atento para não deixar a administradora cobrar juros sobre o valor total da fatura.

► **Fraudes** – Para evitar que seu cartão seja clonado ou objeto de outras fraudes, nas lojas, os comprovantes de compra devem ser preenchidos à vista do consumidor. Se o comprovante for manual, inutilize o carbono que fica entre as vias. Independentemente dos cuidados tomados, o usuário que tiver prejuízo em virtude de fraudes deverá ser ressarcido. O art. 14, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor determina que a administradora deverá responder por problemas decorrentes da falta de segurança.



► **Compras pela Internet ou telefone** – Certifique-se de que a empresa com a qual o negócio está sendo realizado é idônea. Nas compras pela Internet informe-se, minuciosamente, sobre o sistema de segurança oferecido pelo site.

Consumidor tem direito garantido contra abusos

Mesmo o usuário que já assinou o contrato de adesão pode reavaliá-lo para verificar se não existem cláusulas abusivas. Se houver, devem ser modificadas, sob pena de a empresa de cartão receber sanções administrativas do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Eis algumas cláusulas abusivas e cobranças irregulares:

Cartão não solicitado – Se receber um, comunique à administradora, cancele o cartão e solicite número de protocolo. É indicado também registrar reclamação junto aos órgãos de defesa do consumidor. Caso sejam emitidas faturas de cobrança (anuidade, cartão adicional etc.) que possam acarretar prejuízo ou dano, poderá ser pleiteada indenização. O Código de Defesa do Consumidor, no art. 39, inciso III, veda essa prática.

Multa moratória – Os encargos por atraso que podem incidir no cartão de crédito são: multa moratória de, no máximo, 2% (nos contratos antigos das administradoras, a previsão é de 10%), juros de mora de 1% e taxa de refinanciamento.

Multa por quebra de contrato – Se houver quebra de contrato, a multa convencional de 20% sobre o saldo devedor prevista apenas para o usuário é nula. Só é válida se também puder ser aplicada à administradora, e o percentual a ser cobrado passa a ser de 10%.

Multa por descumprir normas do Banco Central – Há contratos de cartão de crédito internacional que especificam multa de até 50% para quem descumprir as regras do Banco Central, mas não detalham tais regras. Por isso é considerada nula.

Cobranças indevidas – Sempre que algo de errado ocorrer notifique imediatamente a administradora do cartão; se for por telefone, anote o nome do atendente, o protocolo de atendimento e o horário.

Cartão roubado ou extraviado – O usuário não poderá ser responsabilizado por compras feitas por terceiros depois de comunicar a ocorrência à administradora, mesmo que as compras tenham sido feitas no intervalo entre o ocorrido (furto, roubo ou extravio) e a sua comunicação. Solicite o bloqueio do cartão por telefone.

Juros sobre juros – Essa cobrança é proibida desde 1933 pelo Decreto 22.626, a chamada Lei de Usura. Só podem ser cobrados juros sobre juros vencidos a cada ano.

Seguro de perda e roubo – O usuário não é obrigado a pagar.

IOF – Sobre as compras com cartão feitas no exterior incide o Imposto sobre Operações Financeiras. Se a alíquota cobrada for superior a 2,5%, notifique a administradora.

Liquidação antecipada – O débito pode ser liquidado parcial ou totalmente. Entre em contato com a administradora e peça a redução proporcional dos encargos (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor).

Juros abusivos e cumulação ilícita de encargos – As administradoras não são consideradas instituições financeiras (Lei 4.595/64). Essa condição as obriga a tomar recursos de bancos em nome do cliente, que terá sua fatura refinanciada. Liquidado o financiamento junto à instituição financeira, não lhe é permitido cobrar juros acima dos legais, nem taxas e comissões de permanência. Se a administradora insistir em cobrar taxas e encargos indevidos, discuta o valor da dívida em juízo.

Fonte: Anucc e Fundação Procon/SP



Informações

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - Secretaria de Direito Econômico - Ministério da Justiça
(61) 3429-3942
www.justica.gov.br/DPDC/institucional.htm

Portal do Consumidor
www.portaldoconsumidor.gov.br

Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito (Anucc)
(11) 3104-9499
www.anucc.org.br

Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)
(11) 255-9980/255-9511
www.abecs.org.br

Fundação Procon de São Paulo
(11) 151
www.procon.sp.gov.br

Banco Central do Brasil
0800 99-2345
www.bcb.gov.br

American Express Brasil
(34) 2102-6266
www.americanexpress.com.br

Redecard S.A. - cartões das bandeiras MasterCard, Mastercard Maestro, RedeShop, MasterCard Electronic, Maestro e Diners Club International
0800 78-4433
www.redecard.com.br

Cia. Brasileira de Meios de Pagamento Visanet (Visa do Brasil)
sac@visa.com.br
www.visa.com.br

Hipercard
(Somente Nordeste e Sudeste)
Regiões metropolitanas: 4004-4141
Demais localidades: 0800 78-1800
www.hipercard.com.br

Projetos de lei que tramitam no Congresso

• A Câmara analisa o Projeto de Lei 1.784/03, do ex-deputado Ronaldo Vasconcelos (PTB-MG), que caracteriza as empresas de cartão de crédito como instituições financeiras. As empresas passariam a ser reguladas pelo Banco Central.

• Projeto de Lei da Câmara (PLC 89/03), de autoria do deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE), altera o Código Penal,

conceituando e estabelecendo punições para falsificação de cartão de crédito, telefone celular ou meio de acesso a sistema eletrônico. Tramita no Senado em regime de urgência.

• Também na Câmara tramita o Projeto de Lei 4.260/04, do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que isenta as vítimas de clonagem de aparelho de telefone celular

e de cartão de crédito de arcar com as despesas feitas pelo uso indevido de seus dados.

• As empresas de cartão de crédito e de telefonia serão obrigadas a dar atendimento personalizado aos usuários em postos ou agências distribuídos em todo o país. É o que prevê o Projeto de Lei 5.525/05, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).